

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Nutrição
Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos



Dissertação

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Bruna Mendonça Limons

Pelotas, 2018

Bruna Mendonça Limons

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Nutrição e Alimentos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Petrucci Gigante
Coorientadora: Prof^a Dr^a Gicele Costa Mintem

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L111p Limons, Bruna Mendonça

Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul / Bruna Mendonça Limons ; Denise Petrucci Gigante, orientadora ; Gicele Costa Mintem, coorientadora. — Pelotas, 2018.

147 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Alimentação escolar. 2. Segurança alimentar e nutricional. 3. Programas e políticas de nutrição e alimentos. I. Gigante, Denise Petrucci, orient. II. Mintem, Gicele Costa, coorient. III. Título.

CDD : 641.1

Bruna Mendonça Limons

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Dissertação, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Nutrição e Alimentos, Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30 de julho de 2018

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Denise Petrucci Gigante (Orientadora)

Doutora em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof^a Dr^a Gicele Costa Mintem (Coorientadora)

Doutora em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Eliana Gomes Bender (Membro)

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP –
FIOCRUZ

Prof^a Dr^a Ivana Loraine Lindemann (Membro)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof^a Dr^a Renata Moraes Bielemann (Suplente)

Doutora em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

À minha mãe, minha maior fonte de inspiração, obrigada por acreditar em mim e tornar possível a realização dessa caminhada.

Às minhas irmãs, Gabriela e Camila, minhas melhores amigas, obrigada por acreditarem em mim, me apoiarem e vibrarem com as minhas conquistas.

Ao meu noivo Leandro, pelo incentivo desde a prova de seleção do mestrado. Obrigada pela paciência e por estar sempre ao meu lado.

Às professoras, Denise e Gicele. Obrigada pela paciência e carinho que tiveram comigo durante esses dois anos e pela forma encantadora que transmitem conhecimento.

Aos amigos e familiares, muito obrigada pelas palavras de incentivo e conforto.

Às colegas do Núcleo de Alimentação Escolar de Rio Grande/RS, pelo apoio e compreensão nos momentos de minha ausência.

Às acadêmicas de nutrição que auxiliaram na pesquisa.

Às nutricionistas dos municípios participantes da pesquisa, que me receberam gentilmente durante as visitas.

Resumo

LIMONS, Bruna Mendonça. **Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) implementado no Brasil em meados de 1950, é visto como um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo e considerado o maior programa nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com maior abrangência e continuidade de serviço e o único com atendimento universalizado. Em 2009, foi sancionada a lei que regulamenta o programa, que, em seu artigo 14, determina que 30% da compra seja em produtos da agricultura familiar, oportunizando o incentivo de uma alimentação saudável e adequada e a cultura alimentar local. Além de contribuir na alimentação escolar, a compra da agricultura familiar promove melhorias na renda e condição de vida dos agricultores. O objetivo deste estudo foi conhecer o perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar em onze municípios da região Sul do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo transversal descritivo. Foi realizada coleta de informações referentes à compra para a alimentação escolar no ano de 2016, com nutricionistas da alimentação escolar mediante questionário autoaplicado, elaborado para esse fim. Os alimentos adquiridos foram classificados de acordo com o grau de processamento, conforme estabelecido no Guia Alimentar para a População Brasileira. Os onze municípios, em média, atingiram o percentual mínimo exigido por lei, referente à compra da agricultura familiar. A aquisição da agricultura familiar demonstra a participação de produtos *in natura* ou minimamente processados, enquanto outras modalidades de compra colaboraram para o aumento de consumo de ultraprocessados.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) implemented in Brazil in the mid-1950s is seen as one of the biggest food and nutrition programs in the world and considered the largest national program of Food and Nutrition Security with greater comprehensiveness and continuity of service and the only one with universal service. In 2009, the law regulating the program was sanctioned, which, in its article 14, stipulates that 30% of the purchase has to be in products of family agriculture, encouraging the promotion of a healthy and adequate diet and local food culture. In addition to contributing to school meals, the purchase from family agriculture promotes improvements in the income and living conditions of farmers. The objective of this study was to know the profile of the acquisition of food from family agriculture for school feeding in eleven municipalities in the southern region of Rio Grande do Sul. This is a cross-sectional descriptive study. Information was collected regarding the purchase for school feeding in the year of 2016, with nutritionists of school feeding through a self-administered questionnaire, prepared for this purpose. The food purchased was classified according to the processing degree, as established in the Food Guide for the Brazilian Population. The 11 municipalities, on average, reached the minimum percentage required by law, regarding the purchase from family agriculture. The acquisition of family farming demonstrates the participation of in natura or minimally processed products, while other purchasing modalities have contributed to the increase of the consumption of ultraprocessed products.

Key words: School Feeding; Food and Nutrition Security; Nutrition Programs and Policies

Lista de Figuras

Artigo	56
Figura 1 Média de percentuais da compra da agricultura familiar em 2016 em 11 municípios da microrregião de Pelotas.....	80
Figura 2 Distribuição percentual de acordo com o grau de processamento dos produtos adquiridos em 2016 pelos 11 municípios da microrregião de Pelotas.....	81

Lista de Tabelas

Projeto de pesquisa	14
Tabela 1 Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura	25
Artigo	56
Tabela 1 Caracterização dos municípios da microrregião I em relação a aquisição de produtos para alimentação escolar em 2016.....	78
Tabela 2 Descrição dos fornecedores e produtos adquiridos para alimentação escolar em 2016	79

Lista de abreviaturas e siglas

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DAP	Documento de Aptidão ao Pronaf
EE	Entidade Executora
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UP	Ultraprocessados

Apêndices

Apêndice A	83
Apêndice B	146
Apêndice C	148

Sumário

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Projeto de Pesquisa.....	14
Resumo.....	17
1.Introdução.....	18
2. Marco teórico	21
2.1 Agricultura familiar e PAA.....	21
2.2 Lei 11.947/2009.....	21
2.3 Alimentos orgânicos e convencionais.....	22
2.4 Processamento de alimentos.....	22
3. Revisão de literatura.....	24
4. Justificativa.....	33
5. Objetivos.....	34
5.1 Objetivo Geral.....	34
5.2 Objetivos Específicos.....	34
6. Metodologia.....	35
6.1 Escolha dos municípios.....	35
6.2 Editais.....	35
6.3 Instrumentos.....	35
6.4 Variáveis.....	37
6.5 Seleção e treinamento.....	40
6.6 Estudo piloto.....	40
6.7 Controle de qualidade.....	40
6.8 Processamento de dados.....	41
6.9 Aspectos éticos.....	41
7. Cronograma.....	42
8. Orçamento.....	43
Referências.....	44
Relatório de campo.....	49
1. Introdução.....	50

2. Instrumentos.....	50
3. Estudo piloto.....	52
4. Aplicação dos questionários.....	53
5. Digitação e análise de dados.....	54
6. Divulgação dos resultados.....	55
7. Modificações no projeto de pesquisa.....	55
Referências.....	55
Artigo.....	56
Resumo.....	58
Abstract.....	59
Introdução.....	60
Material e método.....	61
Resultados.....	65
Discussão.....	67
Conclusão.....	72
Referências.....	73
Apêndices.....	82

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Nutrição
Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos



Projeto de Pesquisa

Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul

Bruna Mendonça Limons

Pelotas, 2017

Bruna Mendonça Limons

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Projeto de Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Alimentos

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Petrucci Gigante
Coorientadora: Prof^a Dr^a Gicele Costa Mintem

Pelotas, 2017

Bruna Mendonça Limons

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Projeto de dissertação, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Nutrição e Alimentos, Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos,
Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

Profª Drª Denise Petrucci Gigante (Orientadora)

Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

Profª Drª Gicele Costa Mintem (Coorientadora)

Doutor em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas

Profª. Drª. Eliana Gomes Bender

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP -
FIOCRUZ

Pelotas, 2017

Resumo

LIMONS, Bruna Mendonça. **Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul.** Projeto de dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2017.

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa de alimentação e nutrição mais antigo do Brasil e tem por finalidade transferir, em caráter suplementar, incentivo financeiro para suprir as necessidades nutricionais dos estudantes da rede básica de ensino, durante sua permanência na escola. Implantado no país em meados dos anos 50, o PNAE passou por diversas transformações e hoje é considerado um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo. Além de promover ao estudante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), favorece o desenvolvimento local mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar, que de acordo com a Lei 11947/2009, deve atingir 30% ou mais do valor dos recursos repassados às entidades executoras. Após ter sido implementada, muitos municípios brasileiros adquiriram alimentos através da agricultura familiar, sendo a região sul com maior percentual de compra e, dos alimentos adquiridos, predominam a compra de alimentos *in natura*, ressaltando a importância da agricultura familiar no emprego de uma alimentação saudável e adequada. **Objetivos:** Estudar o perfil de aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar em municípios da região sul no Rio Grande do Sul, bem como a qualidade da alimentação escolar adquirida através destes produtos. **Metodologia:** Estudo transversal, descritivo, com os onze municípios da microrregião de Pelotas. Foi realizada busca nos endereços eletrônicos das prefeituras para coletar informações dos editais publicados para compra de produtos da agricultura familiar. Devido à dificuldade de encontrar informações completas somente utilizando esse tipo de busca, as nutricionistas de todos os municípios serão entrevistadas mediante questionário padronizado enviado por e-mail pelo pesquisador que fará contato prévio por telefone, estando prevista a realização de uma visita ao serviço de alimentação escolar do município.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação; Desenvolvimento Local

1 Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o programa de alimentação e nutrição mais antigo do Brasil e tem por finalidade transferir, em caráter suplementar, incentivo financeiro para os estados, municípios e Distrito Federal adquirirem alimentos a fim de suprir as necessidades nutricionais dos estudantes da rede básica de ensino, durante sua permanência na escola. Implantado no país em meados dos anos 50, o PNAE passou por diversas transformações. Inicialmente, o programa atendia apenas parte da população estudantil e em alguns dias da semana. No decorrer dos anos, novas exigências foram criadas, com avanços significativos no âmbito da alimentação e nutrição do escolar (BELIK, 2009; TEO & MONTEIRO, 2012) e hoje é considerado um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo, o maior da América Latina (TURPIN, 2009) e o programa de segurança alimentar e nutricional do Brasil, de caráter universal, com maior abrangência e continuidade de atendimento (SANTOS, 2014). Responsável por fornecer, no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias do estudante, tem como principal objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de bons hábitos alimentares dos estudantes de escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias matriculados na rede básica de ensino do país (BRASIL, 2009).

Esta política pública, além de promover ao estudante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), favorece o desenvolvimento local mediante a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, que de acordo com a Lei 11.947/2009, em seu artigo 14, deve atingir 30% ou mais do valor dos recursos repassados às entidades executoras. A publicação desta lei facilitou a participação do produtor rural familiar no processo de compra e venda, uma vez que aboliu a necessidade de licitação para a participação do mesmo no processo tradicional de compra que praticamente impossibilitava a concorrência de produtores familiares com grandes empresas (IPC, 2013).

A lei 11.947/2009 foi considerada um marco histórico no que diz respeito às compras institucionais. A compra para produtos da agricultura familiar,

normatizada pela resolução nº 38/2009, com dispensa de licitação, apoia o desenvolvimento sustentável, com incentivo para aquisição de gêneros produzidos localmente, contribuindo também para cultura e tradição alimentar (PEIXINHO, 2009).

A estratégia de valorização do pequeno e médio produtor tem servido de exemplo para países de baixa renda, como os do continente africano. Uma delegação da União Africana, constituída de 54 países, visitou o Brasil para observar de que forma os produtos da agricultura familiar estão presentes na alimentação escolar e recomendou retificação no seu modelo de fornecimento da alimentação escolar inspirado na experiência brasileira, que promove a educação, nutrição e o desenvolvimento sustentável e econômico em todo o continente, buscando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (WFP, 2015). Além disso, o Brasil, a partir do ano de 2003, viabilizou apoio na América Latina, Caribe, África e Ásia para desenvolvimento de programas de alimentação escolar semelhantes ao PNAE brasileiro (PEIXINHO, 2009).

Cabe destacar experiências de outros países, como o da Costa do Marfim, cujo Programa Integrado para Sustentabilidade do Programa de Cantinas Escolares é responsável por encorajar produtores rurais, em sua maioria mulheres, na produção de alimentos para as escolas por um período de cinco anos. Em 2009, o programa permitiu que mais de 265 mil escolares e 974 grupos de produção agrícola fossem beneficiados. Sendo o objetivo atual a ampliação do programa para todo o país. No Quênia, programas governamentais descentralizados auxiliam no desenvolvimento, conhecimento agrícola e incentivo à formação de grupos de agricultores para viabilizar a aquisição de produtos para a alimentação escolar. Além disso, há preocupação com o resgate de culturas da região, que foram deslocadas pelo monocultivo do milho nos últimos 30 anos (DRAKE *et. al.*, 2016).

Um ano após a lei ter sido implementada no Brasil, foi possível observar que 47,4% dos municípios adquiriram alimentos através da agricultura familiar, sendo a região sul com maior percentual de compra (71,3%). A justificativa para este resultado é devido ao sul do Brasil se destacar na produção da agricultura familiar e no abastecimento interno de alimentos (SARAIVA, 2013). Mais de

70% dos municípios do Rio Grande do Sul cumprem o exigido por lei na aquisição de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar. Destacando-se o predomínio da compra de alimentos *in natura* e a importância da agricultura familiar no emprego de uma alimentação saudável e adequada (FERIGOLLO *et.al.*, 2017).

2 Marco teórico

A definição de alguns conceitos e descrição de determinados acontecimentos são necessários para o melhor entendimento da realidade atual de aquisição de alimentos através da agricultura familiar para a alimentação escolar.

2.1 Agricultura familiar e PAA

Agricultura familiar são atividades agrícolas, com utilização de mão-de-obra predominantemente familiar, ligadas a diversas áreas do desenvolvimento rural, gerenciadas e operadas por uma família (BRASIL, 2006). Este tipo de prática, incentiva o desenvolvimento sustentável, sendo conveniente usar políticas públicas para seu fortalecimento (BATISTA *et al.*, 2016). Uma das políticas públicas de grande incentivo ao fortalecimento da agricultura familiar e também do acesso à alimentação foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, pela Lei 10.696, artigo 19, que facilita o processo de compra e venda de alimentos, pois as aquisições realizadas não necessitam licitações, apresentando preços compatíveis e dessa forma acabam privilegiando agricultores familiares em relação às escalas superiores de mercado (BATISTA *et al.*, 2016). Este programa favorece vínculos locais e regionais, incentivando hábitos alimentares saudáveis, bem como, o desenvolvimento local (CONAB, 2013).

Recentemente, no mês de outubro de 2016, devido à necessidade de ampliar a divulgação de compras da agricultura familiar, foi lançado oficialmente pelo governo, o “Portal compras da agricultura familiar” aproximando assim, as entidades executoras dos agricultores familiares e suas organizações produtivas.

2.2 Lei 11.947/2009

Em 2009, com o objetivo de expandir o incentivo à produção agrícola familiar e garantir segurança alimentar e nutricional, foi implementada a Lei 11.947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e em seu artigo 14 determina que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros do FNDE

repassados às entidades executoras deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Essa legislação ainda permite que a aquisição dos produtos possa ser feita com dispensa de procedimento licitatório, desde que, com preços compatíveis com o mercado local.

2.3 Alimentos orgânicos e convencionais

Segundo a lei 10.831/2003, alimento orgânico é aquele que é produzido, levando-se em consideração a adoção de técnicas que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, bem como respeito à cultura das comunidades trabalhadoras do campo, empregando métodos culturais, biológicos e mecânicos em contraposição ao uso de materiais sintéticos.

O conceito de sistema de produção orgânica também pode ser conhecido por ecológico, agroecológico, natural, regenerativo, entre outros. Considera-se orgânico todo aquele produto cultivado em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local, seja ele *in natura* ou processado, comprovado mediante certificação reconhecida em legislação. O cultivo de alimentos denominado convencional baseia-se no intenso uso de produtos químicos, muitas vezes causando efeitos adversos e danos à saúde de seus consumidores (SANTOS & MONTEIRO, 2004).

2.4 Processamento de alimentos

O conceito de tipo de processamento dos alimentos, apresentado no novo Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014, pelo Ministério da Saúde é dividido em quatro categorias. Guias alimentares são ferramentas de instrução para escolha de alimentos adequados para uma alimentação saudável, através do guia em questão, é possível obter orientações sobre o grau de processamento de alimentos. Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais e adquiridos para consumo sem sofrer processo nenhum após deixarem a natureza, já alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* que foram submetidos a

processos mínimos para sua modificação, que não envolvam adição de sal, açúcar, óleos ou gorduras ou outras substâncias ao alimento original. Bons exemplos de alimentos minimamente processados são grãos secos, farinhas e cortes de carne. Alimentos *in natura* e minimamente processados fazem parte da primeira categoria de alimentos e são considerados a base de uma boa alimentação.

Produtos extraídos de alimentos *in natura* ou diretamente da natureza e utilizados para o tempero e preparo de alimentos, como sal, açúcar, óleos, entre outros, fazem parte da segunda categoria. A recomendação para esta categoria é um consumo moderado para não desequilibrar a alimentação e, ao mesmo tempo, tornar a alimentação mais saborosa.

A terceira categoria de alimentos apresentada no guia são os alimentos processados, fabricados com alimentos *in natura* ou minimamente processados, porém com adição de óleo, sal, açúcar ou algum outro ingrediente que torne o paladar mais agradável. Leite, pães, peixes conservados em água e óleo são alguns exemplos de alimentos processados e o objetivo do processamento industrial nesses casos é prolongar a vida útil desses alimentos. Embora, a maioria de alimentos desta categoria mantenha a sua identidade, os métodos de processamento alteram sua composição nutricional de modo desfavorável, portanto é indicado que o consumo desses alimentos seja limitado a pequenas quantidades.

A quarta e última categoria de alimentos são os alimentos ultraprocessados. Estes são formulações industriais que envolvem diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes como sal, açúcar, gorduras, óleos, além de substâncias com uso exclusivamente industrial. Devido à sua formulação, alimentos ultraprocessados são densamente calóricos e com baixa qualidade nutricional, além disso, geralmente são consumidos em excesso e em substituição a alimentos como frutas, leite, água. Portanto, podem limitar o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Também afetam negativamente a cultura, vida social e o meio ambiente. Devido a este fato, a recomendação em relação aos alimentos ultraprocessados é evitar seu consumo (BRASIL, 2014).

3 Revisão de literatura

Após a publicação da Lei que regulamenta a alimentação escolar, alguns estudos buscaram obter conhecimento de diferentes aspectos sobre o assunto, um deles é a importância do papel de quem atua diretamente no processo de compra e venda de alimentos da agricultura familiar através do PNAE. O melhor entendimento desse processo pode gerar informações importantes no estabelecimento de estratégias para fomento desta prática.

A revisão da literatura foi realizada na base de dados *PUBMED*. Os descritores utilizados foram: *school feeding program AND family farm; school feeding AND family farm; school food AND family farm; school meals AND family farm; school feeding program AND family farming; school feeding AND family farming; school meals AND family farming*. Porém, ainda há poucos estudos abordando esse tema. Outros métodos de busca incluíram além de páginas institucionais, uma ferramenta chamada *Research Gate*, que consiste numa rede social voltada para profissionais da área da ciência e pesquisadores, onde são disponibilizados artigos científicos, obtendo-se assim, publicações sobre o assunto.

Tabela 1: Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura. Pelotas, 2017.

Autor e ano publicação	Local	Delineamento do estudo	Metodologia	Principais resultados
Triches & Schneider, 2010	Rio Grande do Sul	Qualitativo	Estudo de caso e documental. Dados bibliográficos, documentos oficiais e legislações. Panorama alimentar e políticas públicas relativas à SAN e ao PNAE. Abordagem da relação entre consumo, produção e políticas públicas a partir do PNAE.	Modificação no nível do consumo. Aceitação de alimentos mais saudáveis e adequados por parte dos alunos. Revitalização com novas perspectivas de mercado para a agricultura familiar e o fomento de práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente.
Bezerra <i>et al.</i> , 2013	Minas Gerais/ Espírito Santo	Transversal	Atuação de equipes compostas por nutricionista, educador popular e engenheiro agrônomo ou técnico agrícola. Duas visitas. Articulação das redes intersetoriais para mobilização, organização e apoderamento na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.	14% dos municípios visitados com melhora na organização da agricultura familiar; 14% apoio dos gestores no processo de aquisição de alimentos e 27% que não possuíam nutricionista contrataram o profissional. Insatisfatórios os resultados obtidos para situação do Conselho de Alimentação Escolar.
Oliveira <i>et al.</i> , 2013	Minas Gerais	Qualitativo	Estudo de caso. Entrevista estruturada focalizada, aplicação de um questionário com perguntas para caracterização de dois municípios e informações sobre os gêneros adquiridos, fornecedores e recursos investidos.	Inadequação na aquisição de alimentos da AF nas duas prefeituras. Não conseguiram comprar toda a quantidade necessária para atingir a meta exigida pela Lei. Vários fatores para inadequação, como a falta de treinamento dos agricultores, os problemas logísticos e o déficit de produção.

Tabela 1(cont.): Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura. Pelotas, 2017.

Autor e ano publicação	Local	Delineamento do estudo	Metodologia	Principais resultados
Silva & Souza, 2013	Santa Catarina	Transversal	Censo nos 293 municípios de SC. Questionário eletrônico para conhecer o percentual de compras de alimentos da agricultura familiar e de alimentos orgânicos, em 2010. Entrevista <i>in loco</i> com atores sociais da AE de 52 municípios. Dados apresentados em números absolutos e relativos, com detalhamento por município.	Alimentos da agricultura familiar orgânica produzidos localmente, incluídos na alimentação escolar. Necessidade de diálogo entre nutricionistas e agricultores familiares.
Villar <i>et al.</i> , 2013	São Paulo	Transversal	Questionário e entrevista telefônica com os representantes dos 645 municípios. Diagnóstico realizado nos meses de junho a agosto de 2011 por instituições vinculadas à CEIAE Situação dos municípios em relação a compra de produtos da AF após aprovação da lei 11947.	Cerca de 50% dos municípios em situação positiva com relação às compras locais para o PNAE. Número de municípios que não publicou a chamada ou que não assinou o contrato é ainda importante, merecendo atenção dos setores envolvidos.
Bevilaqua & Triches, 2014	Dois municípios	Qualitativo	Estudo de caso em dois municípios, sendo um deles com mais de 100.000 habitantes.	Sanar dúvidas a partir de processos organizativos. Em municípios de grande e pequeno porte estes processos organizativos dizem respeito a ações consideradas “clandestinas” ou “ilegais”, mas que podem fazer a diferença para a efetivação da Lei. Assegurando renda estável aos agricultores familiares e possibilitando às prefeituras cumprirem o artigo 14 da lei.

Tabela 1(cont.): Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura. Pelotas, 2017.

Autor e ano publicação	Local	Delineamento do estudo	Metodologia	Principais resultados
Santos <i>et al.</i> , 2014	Rio Grande do Sul	Transversal	Base de dados secundários sobre territórios rurais do RS. Questionário padronizado sobre a compra de produtos para AE provenientes da AF e orgânicos, aplicado durante as visitas de assessoria e preenchido pelos Gestores ou nutricionistas.	Compra de alimentos orgânicos para a AE em grande parte dos territórios. Baixo percentual de compra desses alimentos. Inserção de alimentos orgânicos na AE não depende somente do comprometimento e da motivação do gestor municipal do PNAE, mas também de fatores que abrangem produção local, certificação e custo.
Gonçalves <i>et al.</i> , 2015	São Paulo e Rio de Janeiro	Transversal	Amostra de cidades de SP e RJ. Questionário, por e-mail, sobre o processo de compra da agricultura familiar. Solicitado cópia dos cardápios. Caracterização do processo de compra da AF para AE e comparar cardápios servidos nas escolas após lei 11947/2009.	Melhor qualidade dos cardápios após a implementação das compras da AF. Parceria entre a AF e a AE pode contribuir para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Cardápios de melhor qualidade nutricional e execução de atividades de educação nutricional pautadas na produção e consumo sustentável dos alimentos.
Soares <i>et al.</i> , 2015	Santa Catarina	Qualitativo	Avaliação do cumprimento das recomendações do PNAE. Entrevistados envolvidos com a gestão do programa de alimentação escolar e com a produção agrícola familiar do município. Contato com o nutricionista do município e demais informantes para realização das entrevistas.	Abastecimento regular de alimentos favorecido pela diversidade de fornecedores e intercâmbio de alimentos entre a cooperativa e os municípios vizinhos.

Tabela 1(cont.): Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura. Pelotas, 2017.

Autor e ano publicação	Local	Delineamento do estudo	Metodologia	Principais resultados
Amorim <i>et al.</i> , 2016	São Paulo	Transversal	Chamadas públicas de 99 municípios de São Paulo publicadas de janeiro a setembro por meio eletrônico. Municípios agrupados em quartis pelo número de escolares matriculados na rede básica. Avaliar os alimentos das chamadas públicas e o porte dos municípios. Teste Kruskal-Wallis ($p < 0,05$).	Hortaliças (50%) e frutas (31%) mais frequentes. Maior número de escolares, maior frequência para cereais, leguminosas e leite. Naqueles com menor número de escolares, frutas mais frequentes ($p < 0,05$). Alimentos processados em 41% dos municípios.
Triches <i>et al.</i> , 2016	Paraná	Transversal, qualitativo e quantitativo	Análise de chamadas públicas. Amostra representativa de municípios. Entrevistas semiestruturadas em dois municípios, um que adquiria e outro que não adquiria alimentos orgânicos/agroecológicos, com gestores, agricultores e consumidores.	Maioria dos municípios demandou mais que 30% para compra de produtos de agricultores familiares. Nenhuma chamada pública apresentou produtos orgânicos e agroecológicos, embora com alguns relatos de compra. Contradições entre os discursos, reconhecimento do modelo agroecológico. Falta conscientização, conhecimento, diálogos e políticas públicas ao incentivo na aquisição de produtos ecológicos.
Triches <i>et al.</i> , 2016	Paraná	Transversal e quantitativo	Examinar as chamadas públicas e as prestações de contas de municípios na adequação à AF e ao atendimento à Lei. Escolhidos de forma a contemplarem pelo menos 10% de escolares do município e estratificados por população.	Maioria acima dos 30% previstos na legislação. Nem todas compravam com o recurso federal. Maior aquisição de hortaliças e frutas. Os grupos de leite e derivados e de carnes, ovos e peixes, respectivamente, foram aqueles produtos com maior valor agregado.

Tabela 1(cont.): Resumo dos artigos incluídos na revisão da literatura. Pelotas, 2017.

Autor e ano publicação	Local	Delineamento do estudo	Metodologia	Principais resultados
Triches & Kilian, 2016	Paraná	Qualitativo	Entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos com o PNAE em oito municípios do Paraná. Dados analisados por categorização temática, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo.	Municípios maiores, mais dificuldade no atendimento da lei. Processos de mudança mais prováveis de acontecer nos locais onde os atores sociais se tornam agentes. Viabilização da aquisição de produtos da agricultura familiar.
Ferigollo <i>et. al.</i> , 2017	Rio Grande do Sul	Quantitativo	Análise de dados secundários de 10% dos municípios do RS. Avaliado percentual de compras da agricultura familiar, periodicidade, pontos de entrega e presença de preços em editais.	71,2% dos municípios atingiram 30% de compra da AF. 92,1% de produtos <i>in natura</i> , 49,1% de entregas centralizadas e 60% com preço descrito na Chamada Pública.

A articulação dos atores envolvidos na compra de produtos locais para a alimentação escolar, estabelecendo relações de confiança entre produtor e comprador, facilitando o processo de aquisição de gêneros alimentícios originários da agricultura familiar já foi salientada em estudo conduzido no Rio Grande do Sul (TRICHES & SCHNEIDER, 2010). No entanto, por meio de um estudo qualitativo em um município de Santa Catarina foi aconselhado planejamento, organização e envolvimento da gestão municipal com os produtores para superação das dificuldades relatadas pelas pessoas envolvidas no processo de compra e venda, com o objetivo de fomentar a agricultura local e garantir a qualidade para alimentação escolar (SOARES *et al.*, 2015), mesmo com o processo de aquisição de alimentos atendendo o percentual mínimo exigido pelo governo federal. Ainda na região sul, em oito municípios do Paraná, por meio de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no PNAE constatou-se que municípios maiores têm mais dificuldade no atendimento da lei e que os processos de mudança são mais prováveis de acontecer quando os atores sociais participaram efetivamente para solucionar possíveis problemas da compra e venda de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar (TRICHES & KILIAN, 2016).

Outro fator que merece destaque no que diz respeito à aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE é a adequação ao percentual de compra após a implementação da lei, analisada por alguns autores (OLIVEIRA *et al.*, 2013; VILLAR *et al.*, 2013), sendo que dois municípios mineiros não atingiram os 30% mínimos de compra, exigidos pela lei federal na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e Oliveira e colaboradores procuraram compreender quais seriam as dificuldades para que este valor não fosse atingido. No mesmo ano, VILLAR *et al.* (2013) analisaram a compra direta de produtos da agricultura familiar com o PNAE possibilitando conhecer a situação das prefeituras em relação ao cumprimento dos requisitos da legislação. Os autores relataram que, devido à recente implantação da lei, o resultado foi positivo, pois, 47% dos municípios já realizaram compra da agricultura familiar, pelo menos uma vez desde 2009.

É importante ressaltar ainda a relevância da aquisição de alimentos orgânicos para Alimentação Escolar, além de ser um produto mais saudável, agricultores familiares de alimentos certificados como orgânicos ou agroecológicos têm prioridade de seleção no processo de compra e venda, conforme a Resolução 4/2015. Anteriormente à publicação desta resolução, já era possível encontrar na literatura, estudos que abordavam o tema. SILVA & SOUZA em 2013, analisaram a demanda e a oferta de alimentos em Santa Catarina, mais precisamente de alimentos orgânicos na agricultura familiar. O estudo concluiu que a compra de alimentos orgânicos pela agricultura familiar estimula este tipo de cultivo apesar da dificuldade da oferta.

No ano seguinte, Santos e colaboradores (2014), analisando a inserção de alimentos orgânicos através da agricultura familiar na alimentação escolar em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, identificaram que o comprometimento com a venda deste tipo de produto depende, além da motivação do gestor municipal, de fatores que abrangem certificação, produção local e custo. Já em 2016, Triches *et al.* (2016), avaliando chamadas públicas (modalidade de compra utilizada para produtos da agricultura familiar) em alguns municípios da região sudoeste do Paraná sobre a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos, concluíram que, além do aperfeiçoamento desta política visando aumentar recursos para alimentação escolar, é necessário criar condições para fomentar a agroindústria e também a conscientização da importância da produção e consumo de produtos agroecológicos pelos atores envolvidos no PNAE (TRICHES & KILIAN, 2016).

Análises das chamadas públicas também foram conduzidas no estado de São Paulo (AMORIM *et al.*, 2016) e os resultados mostram que, quanto maior o número de escolares, maior foi a compra da agricultura familiar em leguminosas, cereais e grãos. Por outro lado, nos municípios com menos alunos, o predomínio da compra era para o grupo das frutas. Os autores sugerem que as grandes cidades podem ter maior dificuldade em adquirir produtos *in natura* e que a preferência por produtos embalados pode ser devido à facilidade da logística de aquisição e armazenamento.

De acordo com a revisão da literatura, foi possível perceber algumas semelhanças entre os diversos estudos. Mesmo tendo a qualidade da alimentação ofertada na escola e o incentivo ao desenvolvimento local, relatados como aspectos positivos por diversos estudos (TURPIN, 2009; TRICHES & SCHNEIDER, 2010; REAL & SCHNEIDER 2011), muitos municípios ainda não conseguiram atingir o percentual mínimo estabelecido na legislação (OLIVEIRA *et al.*, 2013; SARAIVA *et al.*, 2013). Como solução, alguns estudos apontam para uma maior relação entre os atores envolvidos, salientando que a integração entre entidades executoras, produtores rurais e cooperativas é fundamental para o êxito do processo de compra e venda da agricultura familiar na alimentação escolar (TRICHES & KILIAN, 2016; SOARES *et al.*, 2015; SARAIVA *et al.*, 2013). Além disso, alguns estudos (SANTOS *et al.*, 2014) têm chamado atenção para a necessidade de maior incentivo, treinamento e envolvimento com os produtores para superação das dificuldades encontradas na produção orgânica, agroecológica e na distribuição desses alimentos.

4 Justificativa

Apesar de todas as mudanças legais ocorridas nos últimos tempos para facilitar a compra de produtos da agricultura familiar, ainda existem dificuldades no processo de aquisição dos mesmos. Há necessidade de articular gestores e produtores para a efetiva realização do que é exigido pela lei. Fatores como a quantidade da produção e a demanda necessária para atender às escolas, a variedade e a qualidade do que é adquirido muitas vezes não estão corretamente definidos, impossibilitando a realização da compra (SARAIVA, 2013).

Devido à falta de padronização e ausência de informações sobre publicações de editais para compra de gêneros oriundos da agricultura familiar, torna-se difícil ter conhecimento sobre o perfil de compra somente utilizando endereços eletrônicos das entidades executoras. Além disso, muitos editais não estão mais disponíveis para consulta, alguns incompletos e ainda há a possibilidade de não adquirirem a totalidade dos produtos publicados nos editais, tornando-se necessário o contato direto com as entidades executoras para obter um resultado fidedigno do que foi realmente adquirido de produtos da agricultura familiar com o recurso do PNAE.

Este projeto foi elaborado com a finalidade de conhecer melhor o processo de execução da compra de produtos oriundos da agricultura familiar, como exigência da legislação do PNAE, considerando a regulamentação recente e os poucos os estudos sobre o assunto, mais especificamente, no Rio Grande do Sul. Além disso, a maioria dos estudos encontrados que abordam o tema da alimentação escolar e agricultura familiar analisam dados secundários, por meio das publicações de chamadas públicas, o que pode não identificar a efetiva aquisição do município em relação a alimentos da agricultura familiar para as escolas.

Portanto, este trabalho pretende, além de analisar os editais de chamadas públicas encontrados na rede mundial de computadores, coletar dados diretamente com os municípios, preferencialmente com as nutricionistas responsáveis técnicas pela alimentação escolar, na microrregião de Pelotas. Também é importante avaliar a contribuição dos alimentos adquiridos da

agricultura familiar, na promoção de uma alimentação adequada e saudável entre os alunos atendidos pelo PNAE.

5 Objetivos

5.1 Geral

Estudar o perfil de aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar, facilitadores e dificuldades desta prática, em municípios da região sul no Rio Grande do Sul, bem como a qualidade da alimentação escolar adquirida através destes produtos.

5.2Específicos

- Descrever o cumprimento do percentual de adequação da obrigatoriedade de compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios da região sul;
- Identificar fatores relacionados ao edital e ao processo de compra que possam interferir na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar;
- Verificar, entre alimentos da agricultura familiar, o percentual de aquisição de alimentos orgânicos em relação a produtos convencionais;
- Descrever os alimentos adquiridos, em todas as modalidades de compra, em 2016 nos municípios da microrregião de Pelotas;
- Analisar os alimentos adquiridos em relação às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.

6 Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, com municípios da região sul do estado do Rio Grande do sul.

6.1 Escolha dos municípios

A escolha dos municípios participantes deste estudo foi feita em relação à classificação de microrregiões administrativas determinada pela EMATER, que organiza estes através do agrupamento de municípios limítrofes. Amaral Ferrador, Cristal, Morro Redondo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu fazem parte da microrregião I de Pelotas.

6.2 Editais

Foi realizada busca nos endereços eletrônicos das prefeituras para coletar informações dos editais publicados para compra de produtos da agricultura familiar. O resultado desta busca foi o conhecimento dos documentos de chamadas públicas destes municípios no que diz respeito a tipos de produtos adquiridos, quantidade e se compravam produtos orgânicos e/ou convencionais. Porém, o resultado de busca foi incompleto, já que falta padronização na publicação dos editais e na estrutura do documento. Além disso, não há publicação de todos os processos de compra dessa modalidade.

6.3 Instrumentos

Além da coleta de informações completas a respeito de todos os editais lançados no ano de 2016 nos municípios incluídos neste estudo será conduzida uma coleta de dados primários, mediante questionário padronizado e autoaplicado. Para isso, as nutricionistas dos municípios selecionados serão contatadas por telefone, com o intuito de informá-las sobre a pesquisa e fazer o convite para que respondam ao questionário que será enviado por e-mail/link, bem como solicitar a disponibilização de documentos que auxiliem na busca de informações relacionadas à compra de alimentos realizada pelo município.

Caso, o questionário não seja preenchido após o prazo estipulado de 15 dias, será realizado novo contato para agendar uma visita aos locais onde as entidades executoras estão instaladas. A visita será realizada pela autora deste projeto. A aplicação do questionário permitirá a identificação de possíveis divergências que possam existir entre os dados encontrados na página do FNDE e nos editais de chamadas públicas com as informações obtidas diretamente nos municípios.

6.4 Variáveis

Variáveis independentes		
Variável	Características	Tipo de variável
Município	-	Qualitativa Nominal
Data da entrevista	Dia, mês, ano	Data
Responsável pelo setor de AE	Sim (profissão), não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Nutricionista RT	Sim, não	Qualitativa Dicotômica nominal
Sexo	Masculino e feminino	Qualitativa Dicotômica
Idade	Em anos completos	Quantitativa Discreta
Ano de graduação	-	Quantitativa Discreta
Tempo de atuação na profissão	Em anos completos	Quantitativa Discreta
Tempo de atuação no PNAE	Em anos completos	Quantitativa Discreta
Qualificação do nutricionista	Graduação, especialização, mestrado, doutorado, outro (qual)	Qualitativa Politômica Ordinal
Nº de Nutricionistas	Não, sim (quantas)	Qualitativa Dicotômica e Quantitativa Discreta
Determinação de alimentos adquiridos		
Coordenador do setor de AE	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Secretário de educação	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Secretário de agricultura	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Gabinete de compras	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outro (qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Nº habitantes	-	Quantitativa Discreta
Nº de alunos	-	Quantitativa Discreta
Responsabilidade pela execução do PNAE pela secretaria de educação	Sim, não (qual)	Qualitativa Dicotômica Nominal
Participação de outros setores da prefeitura		
Secretaria da agricultura	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Secretaria da compras	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Secretaria da administração	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Gabinete do prefeito	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outro(qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Parceria no processo de compra e venda da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar		
Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
EMATER	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Universidades	Sim, não	Qualitativa Dicotômica

Outro(qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Experiência exitosa do município com compra da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar	-	Qualitativa Nominal
Passos do processo de compra e venda		
Orçamento	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Articulação dos atores envolvidos	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Elaboração prévia do cardápio	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Pesquisa de preço	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Chamada Pública	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Elaboração do projeto de venda	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Recebimento e seleção dos produtos de venda	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Amostra para controle	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Contrato	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Termo de recebimento e pagamento	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Critérios estabelecidos para seleção dos agricultores		
Agricultores locais	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Agricultores do território rural	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Agricultores do estado	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Agricultores do país	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Percentual comprado em 2016	-	Quantitativa Contínua
Nº de editais	0,1,2,3,4 ou mais	Quantitativa Discreta
Alimentos publicados foram adquiridos	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Padronização de edital	Conforme FNDE, conforme prefeitura, outro(qual)	Qualitativa Politômica Nominal
Divulgação do edital		
Jornal de circulação local	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Sítio da prefeitura	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Mural em local público	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Rede Brasil Rural	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Portal de compras da agricultura familiar	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Organizações locais da agricultura familiar	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Sítio da EMATER	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Rádio ou televisão	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outro (qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal

Cotação de alimentos orgânicos	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Preferência explícita por alimentos orgânicos	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Dificuldade na aquisição de convencionais		
Custo elevado	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de fornecedor	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de recursos financeiros municipais	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de quantidades que atendam a necessidade da prefeitura	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outros (qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Dificuldade na aquisição de alimentos orgânicos		
Custo elevado	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de fornecedor certificado	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de recursos financeiros municipais	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Falta de quantidades que atendam a necessidade da prefeitura	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outros (qual)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica Nominal
Precedente para escolha dos alimentos		
Disponibilidade da produção local	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Relação de alimentos já comprada anteriormente	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Elaboração prévia de cardápios	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Destino do recurso disponível	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Sazonalidade	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Outros (quais)	Sim, não	Qualitativa Dicotômica
Dados de compras anteriores		
2010	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
2011	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
2012	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
2013	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
2014	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
2015	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua
Compra com recurso do município em 2016	Sim (quanto), não	Qualitativa Dicotômica; Quantitativa Contínua

Lista de alimentos adquiridos em 2016		
Alimento	-	Qualitativa Nominal
Quantidade adquirida	-	Quantitativa Contínua
Valor unitário	-	Quantitativa Contínua
Valor total	-	Quantitativa Contínua
Local de entrega	Escola, setor de alimentação	Qualitativa Dicotômica
Modalidade de compra	Chamada Pública (AF), outra (qual)	Qualitativa Dicotômica
Cooperativa/produtor/fornecedor	-	Qualitativa Nominal
Local da Cooperativa/produtor/fornecedor	-	Qualitativa Nominal

6.5 Seleção e treinamento de entrevistadores

O treinamento dos entrevistadores será conduzido pela mestranda. Consistirá numa breve descrição da pesquisa e apresentação do material que será utilizado. Também será disponibilizado o artigo 14 da lei 11.947/2009. Num segundo momento, os entrevistadores, organizados em duplas, farão uma simulação da entrevista para eventuais correções no instrumento.

O quadro de entrevistadores será composto por estudantes de graduação da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Pelotas, após seleção considerando o desempenho durante o treinamento e a disponibilidade de horários.

6.6 Estudo piloto

Antes do início do trabalho de campo será conduzido um estudo piloto no município do Capão do Leão com o objetivo de avaliar a disponibilidade da documentação necessária para a coleta adequada dos dados, bem como avaliar a logística da entrevista e realizar correções no instrumento, se necessárias.

6.7 Controle de qualidade

O controle de qualidade será realizado pela mestranda por contato telefônico, quando a entrevista for realizada por acadêmica, utilizando um questionário reduzido do questionário principal. Todos os questionários serão

revisados pela própria mestrandia, buscando identificar possíveis problemas de preenchimento ou falta de informações.

6.8 Processamento de dados

Os dados serão digitados em dois arquivos do EpiData por diferentes digitadores, com o objetivo de verificar possíveis erros durante o processo de digitação. Após verificação da consistência os dados serão exportados para o pacote estatístico Stata para as análises descritivas. Os dados serão apresentados através de distribuição de frequências, média e desvio-padrão para as variáveis contínuas e de proporções para variáveis categóricas. Análises de associações poderão incluir comparação de médias no caso de variáveis contínuas, com distribuição normal ou por testes não paramétricos de Kruskal-Wallis. Qui-quadrado poderá ser utilizado para analisar associação entre proporções.

6.9 Aspectos éticos

Este projeto será submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, a partir da Plataforma Brasil. Deverá ser aprovado pelas Secretarias de Educação dos municípios incluídos no estudo e os nutricionistas participantes deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

8 Orçamento

A pesquisa envolverá gastos com locomoção das entrevistadoras, cópias de questionários e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, canetas, lápis, borrachas e pranchetas. Para estes gastos será utilizado o valor disponibilizado por mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Nutrição e Alimentos da Universidade Federal de Pelotas.

Referências

AMORIM, A. L. B.; ROSSO, V. V.; BANDONI, D. H. Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: análise das chamadas públicas de municípios do estado de São Paulo. **Revista de Nutrição, Campinas**, v.29(2), p. 297-306, 2016.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A.Q.; PRIORE, S. E.; LÚCIA, C. M. D.; LANA, R. P.; GASPARONI, G. P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade São Paulo**, v.25, n. 2, p. 494-504, 2016.

BELIK, W.; SOUZA, L.R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília/DF, n. 33, p. 103-122, 2009.

BEVILAQUA, K. TRICHES, R.M. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 21(2):448-460,2014.

BEZERRA, C.M.P.A. *et.al.* Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo. **Revista de Nutrição, Campinas**, 26(3):335-342, 2013

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> acesso em 27.01.2017

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> acesso em 03.10.2016

CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO (IPC- IG). **Demanda estruturada e a agricultura familiar no Brasil: o caso do PAA e do PNAE**. Brasília/DF, 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Legislação Básica**, Brasília/DF, 2013.

DRAKE, L. J.; WOOLNOUGH, A; BUNDY, D.; BURBANO, C. Global school feeding sourcebook: lessons from 14 countries. **Imperial College Press**, New Jersey, 2016.

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V. R.; HECKLER, D.; FIGUEREDO, O. A. T.; CASSARINO, J. P.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, 51:6, 2017.

OLIVEIRA, T. R. P. R.; SOUSA, H. C.; SILVA, A. P. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**. São Paulo, SP, v. 38, n. 3, p. 256-268, 2013.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.4,p. 909-916, 2013.

REAL, L. C. V.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n.2, p. 57-79, 2011.

SANTOS, F.; FERNANDES, P.F.; ROCKETT, F.C.; OLIVEIRA, A.B.A. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n. 19, p.1429-1436, 2014.

SANTOS G.C.; MONTEIRO, M. Sistema orgânico de produção de alimentos. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v.15, n.1, p.73-86, 2004.

SARAIVA, E.B.; Silva, A.P.F.; SOUZA, A.A.; CERQUEIRA, G.F.; CHAGAS, C.M.S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa

Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.18, v.4, p. 927-35, 2013.

SILVA, A. P. F.; SOUZA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.26, n.6, p.701-714, 2013.

SOARES, P., MARTINELLI, S.S., MILGAREJO, L., DAVÓ-BLANES, M.C., CAVALLI, S. B. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.6, p. 1891-1900, 2015.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, Campinas, n.25, v.5, p.657-668, 2012.

TURPIN, M. E. A Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos Agricultores Familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, n.16, v.2, p. 20-42, 2009.

TRICHES, R.M.; BARBOSA, L.P., SILVESTRI, F. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar no Estado do Paraná: uma análise das chamadas públicas. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.130, p.29-43, 2016.

TRICHES, R. M.; KILIAN, L. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios paranaenses. **Revista Redes (Santa Cruz do Sul, online)**, v.21, n. 3, p. 159-179, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHABARUM, J. C.; GIOMBELLI, G. P.; Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. **Revista Nera**, v.19, n. 31, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade São Paulo**, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

VILLAR B.S., SCHWARTZMAN F., JANUARIO B.L., RAMOS J.F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.16, n.1, p. 223- 226, 2013.

WORLD FOOD PROGRAMME –WFP, Centre of Excellence against Hunger. **Annual Report 2015**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Nutrição
Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos



Relatório do Trabalho de Campo

**Perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para
alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul**

Bruna Mendonça Limons

Pelotas, 2018

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Nutrição Alimentos-UFPel (Linha Nutrição) e teve como objetivo estudar o perfil de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar nos municípios da região sul do Rio Grande do Sul.

Em maio de 2017, teve início a busca na internet dos números telefônicos das secretarias de educação dos municípios participantes, a fim de encaminhar as autorizações para os respectivos secretários. Nesse primeiro contato telefônico era feita uma breve explanação sobre a pesquisa e solicitado o e-mail do local para posterior envio do documento de autorização para a realização da mesma. Este documento continha maiores esclarecimentos sobre o objetivo do estudo.

Embora o projeto tenha sido submetido na Plataforma Brasil em maio de 2017, somente após recebimento de todas autorizações assinadas, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da UFPel, em agosto de 2017, sob o parecer nº: 2.134.872.

Com as autorizações devidamente coletadas, foi realizado novo contato com os municípios para obter as assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pessoa responsável pelo preenchimento do questionário proposto na pesquisa. Em todos os municípios participantes, a pessoa responsável pelo preenchimento foi a nutricionista Responsável-Técnica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Após recebimento dos TCLE, foi encaminhado o questionário via e-mail para os endereços eletrônicos das nutricionistas. O presente relatório visa descrever as etapas do trabalho de campo deste estudo.

2 INSTRUMENTOS

O instrumento proposto foi elaborado pela mestranda, com auxílio de uma bolsista da Faculdade de Nutrição com experiência na elaboração de questionários *online*, dividido em três questionários. O primeiro, construído na ferramenta *Google Formulários*, continha as seguintes questões: data da entrevista, profissional responsável pela alimentação escolar, nutricionista responsável técnica pelo PNAE, sexo e idade do nutricionista, ano da graduação, tempo de atuação na profissão,

tempo de atuação no PNAE e qualificação do nutricionista. A participação de outros profissionais e nutricionistas contratados pelos municípios que fizessem parte do quadro técnico, que fossem responsáveis pela execução do PNAE e por determinar os alimentos adquiridos para alimentação escolar também foi investigada. Assim, foram incluídas questões para identificação dos profissionais envolvidos na elaboração dos editais de compra, além do total do valor do repasse financeiro no ano de 2016 e o número de escolas de alunos atendidos pelo município através do PNAE. Outras variáveis investigadas: a presença e o número de estudantes indígenas e quilombolas; a atuação do Conselho de Alimentação na compra da agricultura familiar; a participação de outros setores do município no processo de compra do PNAE; a existência de parcerias no processo de compra da agricultura familiar; a identificação de cada uma das etapas de execução do processo de compra; o valor total do repasse financeiro utilizado para aquisição de alimentos na agricultura familiar; as dificuldades identificadas nos municípios durante o processo de aquisição de alimentos e seus eventuais motivos e os critérios utilizados em cada município para a compra da agricultura familiar. Para todas essas variáveis relacionadas ao processo de aquisição de alimentos buscou-se identificar aqueles que se tratavam de produtos orgânicos ou não (alimentos convencionais). Questões sobre experiências exitosas com a agricultura familiar e os percentuais de compra da agricultura familiar desde a promulgação da lei também foram incluídos neste instrumento.

O segundo questionário foi elaborado na ferramenta *Google Docs* e intitulado *Editais*, no qual, havia a coleta de informações sobre os alimentos adquiridos pela agricultura familiar, quantos editais foram publicados em 2016, se todos alimentos do edital haviam sido adquiridos, a existência de padronização do edital por documento elaborado pela prefeitura ou proposto pelo FNDE, locais de divulgação, a preferência explícita por alimentos orgânicos e a efetiva cotação desses produtos em edital.

O último questionário, também elaborado no *Google Docs*, denominado *Alimentos*, continha uma tabela com listagem de alimentos, para que fosse preenchida com os alimentos adquiridos no ano de 2016, informações sobre a quantidade adquirida, modalidade em que o alimento foi comprado, fornecedor do produto e local de origem do fornecedor para todas as compras da alimentação escolar daquele ano, mesmo as que não eram da agricultura familiar. A lista de alimentos foi baseada nos

editais das prefeituras e complementada com a lista do livro “Tabela para Avaliação de Consumo Alimentar em Medidas Caseiras – 5ª Edição” de Ana Beatriz Vieira Pinheiro e colaboradores. Também foi cogitado para esta parte do instrumento, a inserção de uma coluna referente ao valor pago pelo produto, porém, com receio de que houvesse muitos dados ignorados para essa informação, optou-se por retirar essa pergunta.

Além das informações obtidas por esses instrumentos (dados primários), foram realizadas buscas nos endereços eletrônicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou das prefeituras para coleta de dados secundários. A coleta foi realizada no período de abril de 2017 a maio de 2018. Inicialmente, foram pesquisados documentos para obter dados referentes às compras dos municípios estudados. A coleta de dados secundários prosseguiu com o objetivo de complementar informações não disponíveis durante as visitas realizadas ou nos documentos preenchidos pelos responsáveis da unidade de alimentação escolar.

3 ESTUDO PILOTO

O estudo piloto foi realizado no município do Capão do Leão, que não faz parte dos municípios da região selecionada para a pesquisa. O questionário foi respondido pela nutricionista Responsável Técnica do PNAE no ano de 2016, que atualmente não ocupa mais este cargo. A nutricionista fez sugestões na alteração da nomenclatura nas modalidades de compra de registro de preços para pregão presencial e pregão eletrônico, pois relatou que a elaboração do registro de preços na cidade do estudo piloto são realizadas através de pregão eletrônico para alimentos perecíveis e pregão presencial para os não perecíveis. Outra sugestão foi em relação a adequação do título na tabela do segundo questionário, para esclarecer que o preenchimento dessa devia ser em relação aos editais de chamada pública (agricultura familiar). Também foi recomendado acrescentar alguns produtos lembrados pela participante do estudo piloto que não estavam listados no terceiro questionário (tabela *Alimentos*) os quais foram inclusos, bem como, a opção “outros” para eventuais alimentos que não estivessem na lista e fossem adquiridos pela prefeitura. Todas as sugestões foram aceitas e realizadas no instrumento. O estudo piloto foi executado em junho de 2017.

4 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Em outubro de 2017, foram encaminhados os questionários propostos para preenchimento para todas as representantes dos municípios participantes da pesquisa, não havendo recusas na participação. Os contatos para solicitar o preenchimento e retorno das ligações foram realizados pela mestrandia, já o envio dos questionários foram realizados pela bolsista responsável por organizar as perguntas no *Ferramentas Google*. O prazo estipulado para o retorno dos instrumentos preenchidos foi de 15 dias. Entretanto, nenhum questionário foi recebido no prazo. Assim sendo, diversos novos contatos foram realizados, mediante ligações e *e-mail*, esclarecendo a importância da pesquisa e a participação dos municípios, inúmeras foram as tentativas de recebimento do questionário preenchido antes do início das visitas aos locais.

As visitas iniciaram, em dezembro de 2017, em dois dos municípios que foram os mais difíceis de obter retorno desde os primeiros contatos realizados. No primeiro, todas as informações necessárias foram coletadas com êxito. No segundo, a nutricionista havia assumido o cargo quatro meses antes da visita, não conseguindo responder algumas informações referentes aos dados de 2016, na medida em que assumira a função em 2017. Embora a nutricionista tenha buscado informações relativas ao ano de 2016 em outro setor da prefeitura, não houve sucesso nessa busca, motivo pelo qual, as informações desse município são oriundas de dados secundários.

Durante o mês de janeiro de 2018, ainda foram feitos contatos tentando conseguir algum questionário preenchido via e-mail, porém, sem sucesso, provavelmente por ser período de férias, acompanhando o recesso do ano letivo que ocorre nesse mês. No mês de fevereiro, foram agendadas novas visitas que finalizaram em março. Durante este período, um dos onze municípios respondeu ao questionário de forma completa, não sendo necessário a visita. Dos onze municípios participantes, dez foram visitados. Em um dos municípios o Setor de Administração e Finanças, responsável pela prestação de contas do PNAE, foi visitado. E a nutricionista responsável pelo preenchimento do questionário desse local, também havia assumido a função há pouco tempo, respondendo apenas as questões

correspondentes à parte funcional. Questões relacionadas à compra, tais como: valor gasto com agricultura familiar; produtos adquiridos e editais foram obtidas através do Setor de Administração e Finanças, cujo responsável, encaminhou as informações por *e-mail* para a mestrandia. Em uma das cidades com visita pré-agendada, a nutricionista não estava presente no dia/horário acordado. Desta forma, a mestrandia informou a sua ida ao local de trabalho da nutricionista, que encaminhou um *e-mail* com documentos para que o questionário pudesse ser preenchido de modo adequado. Em um único município a visita foi feita em abril, devido ao fato de ser o município de maior porte, o que dispndia mais tempo dedicado à coleta de dados, foi necessária mais de uma visita. Na primeira visita foram obtidas informações referentes aos dados funcionais e número de alunos. Na segunda, foi feita a busca de informações sobre as compras efetuadas pelo município e os percentuais de aquisição da agricultura familiar, sendo que esses dados foram requisitados pela nutricionista do município ao Setor de Finanças da prefeitura, porém alguns não foram disponibilizados, utilizando-se também de dados secundários para preencher questões não respondidas.

As visitas realizadas foram enriquecedoras, na medida em que foi possível conhecer o funcionamento da alimentação escolar em cada local, a relação entre os atores envolvidos na compra da agricultura familiar e os alimentos ofertados por esta, demonstrando a cultura alimentar do local, através da diversidade dos alimentos adquiridos pela agricultura familiar. Como o exemplo da aquisição de carne ovina, que foi relatada apenas no município mais próximo da campanha gaúcha, onde é comum a criação de ovelhas. Também foi possível observar as estratégias organizacionais de cada local na tentativa de atingir o percentual de compra da agricultura familiar.

5 DIGITAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O banco de dados foi estruturado no EpiData 3.1, a digitação foi feita por duas graduandas do Curso de Nutrição, a fim de minimizar possíveis erros durante o processo. Após a verificação de inconsistências, foi utilizado o programa Stata 12.0 para as análises descritivas que incluíram as distribuições de frequências, proporções e médias de acordo com o tipo de variável.

6 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a defesa da dissertação e sugestões da banca examinadora, o artigo resultante do estudo será submetido à publicação em revista científica. Posteriormente, um relatório sobre o estudo será enviado às Secretarias de Educação para conhecimento do secretário e dos servidores das unidades de alimentação escolar dos municípios participantes da pesquisa.

7 MODIFICAÇÕES DO PROJETO DE PESQUISA

As visitas e entrevistas foram realizadas pela mestranda, não havendo necessidade de treinamento de pessoal para tal atividade.

O objetivo específico que previa a verificação do percentual de alimentos orgânicos em relação aos alimentos convencionais foi modificado pois essa informação não foi coletada de forma satisfatória. Utilizou-se a informação coletada sobre a preferência explícita por alimentos orgânicos no edital de compra dos municípios para discussão do assunto.

REFERÊNCIAS

PINHEIRO, Ana Beatriz Vieira *et.al.* Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras. 5ª Ed. Atheneu. 2001. 81p.

Artigo

Perfil de aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar na região sul do Rio Grande do Sul

Profile of food acquisition from family farming for school feeding in the southern of Rio Grande do Sul

BRUNA MENDONÇA LIMONS¹, DENISE PETRUCCI GIGANTE², GICELE COSTA MINTEM²

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos. Universidade Federal de Pelotas – Pelotas (RS), Brasil.

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos. Universidade Federal de Pelotas – Pelotas (RS), Brasil.

Correspondência: Bruna Mendonça Limons. Programa de Pós Graduação em Nutrição e Alimentos da Universidade Federal de Pelotas. Rua: Gomes Carneiro, 01, Centro, Pelotas - RS, Brasil - 96010-610. E-mail: brunamendoncalimons@gmail.com

O artigo será submetido à revista Cadernos de Saúde Pública

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado no Brasil em meados de 1950, é visto como um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo. Em 2009, a sanção da lei que regulamenta o programa exige que 30% da compra seja em produtos da agricultura familiar, para oportunizar uma alimentação saudável e adequada, que respeite a cultura alimentar local. O principal objetivo deste estudo foi conhecer o perfil de aquisição de produtos para alimentação escolar em municípios da região Sul do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo transversal descritivo, no qual a coleta de informações referentes à compra de alimentos, no ano de 2016, foi realizada com nutricionistas da alimentação escolar mediante questionário padronizado. O grau de processamento dos alimentos adquiridos também foi investigado. Os 11 municípios, em média, atingiram o percentual mínimo exigido por lei, referente à compra da agricultura familiar. A aquisição da agricultura familiar demonstra a participação de produtos *in natura* ou minimamente processados, enquanto outras modalidades de compra colaboraram para o aumento de consumo de ultraprocessados.

Palavras-chave: Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) implemented in Brazil in the mid-1950s is seen as one of the largest food and nutrition programs in the world. In 2009, the law regulating the program was sanctioned, stipulates that 30% of the purchase has to be in products of family agriculture, encouraging the promotion of a healthy and adequate diet and local food culture. The main objective of this study was to know the profile of the acquisition of food from family agriculture for school feeding in municipalities in the Southern region of Rio Grande do Sul. It was a cross-sectional descriptive study, in which the data were obtained regarding the purchase in the year of 2016, with nutritionists of school feeding through a questionnaire prepared for this purpose. The degree of food processing was also investigated. The 11 municipalities, on average, reached the minimum percentage required by law, regarding the purchase from family agriculture. The acquisition of family agriculture demonstrates the participation of in natura or minimally processed products, while other purchasing modalities have contributed to the increase of the consumption of ultraprocessed foods.

Key words: School Feeding; Food and Nutrition Security; Nutrition Programs and Policies.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado em meados de 1950, surgiu com o principal objetivo de amenizar a fome e a desnutrição que atingia a população brasileira de maneira considerável, naquela época¹. Atualmente, é visto como um dos maiores programas de alimentação do mundo, o maior da América Latina² e tem sido considerado como um programa nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com maior abrangência e continuidade³, sendo o único com atendimento universalizado⁴. Desde sua implementação, o PNAE passou por diversas modificações em busca da qualidade na alimentação escolar, com o objetivo de fortalecer a SAN e o direito humano à alimentação adequada (DHAA)⁵.

Um dos marcos históricos na reestruturação do PNAE foi a sanção da Lei 11947/2009 que regulamentou, entre outros, o cumprimento de 30% de compra da alimentação escolar proveniente da agricultura familiar. De acordo com a lei, a aquisição de produtos da agricultura familiar deve oportunizar a elaboração de cardápios que valorizem a alimentação saudável e adequada, a cultura alimentar local, pautada na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, além de priorizar produções de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas⁶. Como novidade, a lei dispensa o processo licitatório, facilitando a participação do produtor familiar que, anteriormente, competia com grandes empresas, o que dificultava sua participação⁷. A experiência anterior do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸, pioneiro em relacionar política agrícola com segurança alimentar, contribuiu para que o processo de compras públicas da agricultura familiar fosse incluído na alimentação escolar^{9,10}.

A relação da agricultura familiar com a alimentação escolar pode ser considerada como importante estratégia de desenvolvimento econômico e social, além de contribuir na melhoria da alimentação, proporciona efeitos no aumento da diversificação e produção dos pequenos produtores, melhorando a renda e condição de vida daqueles que trabalham com agricultura familiar¹¹. Para participação dos agricultores na compras do PNAE, é necessária sua regulamentação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que realiza ações para desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil^{6,12}.

Dentre os estudos que relataram os benefícios da presença da agricultura familiar na alimentação escolar, Amorim e colaboradores¹³ analisando documentos de compra da agricultura familiar de municípios em São Paulo, no ano de 2013, verificaram que a maioria

dos produtos solicitados era *in natura*, principalmente frutas e hortaliças, demonstrando a participação da agricultura familiar no emprego de uma alimentação saudável e adequada. Através do aumento de consumo de alimentos *in natura* na escola é possível incentivar a promoção de hábitos alimentares saudáveis e colaborar para a mudança do perfil nutricional da população brasileira¹⁴.

Estudo¹⁵ conduzido em uma cidade paranaense concluiu que o aumento da compra de alimentos da agricultura familiar, pela alimentação escolar, contribuiu para a formação de bons hábitos alimentares e também para a permanência dos agricultores familiares no campo que, mais fortalecidos e com melhor lucratividade, conseguiam negociar seus produtos. Outros estudos também têm ressaltado a importância da compra de alimentos da produção local, baseada na aproximação de produção e consumo que, além de ofertar produtos mais frescos, pode colaborar com a SAN, mediante incentivo à cultura alimentar e garantia de renda aos agricultores^{16,17}.

O presente estudo tem como objetivo principal estudar o perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar, desde a sua adequação com a legislação, até às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira¹⁸ em municípios da região Sul do Rio Grande do Sul.

MATERIAIS E MÉTODO

Estudo transversal descritivo, cuja população-alvo era o setor de alimentação escolar de municípios da região Sul do Rio Grande do Sul. A escolha dos municípios considerou a classificação de microrregiões determinada pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, autarquia vinculada ao estado que presta assistência técnica aos agricultores e organiza as microrregiões por agrupamento de municípios limítrofes. Dessa forma, foram incluídos os municípios de Amaral Ferrador, Cristal, Morro Redondo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu, que constituem a microrregião I de Pelotas. O trabalho de campo foi conduzido entre outubro de 2017 e maio de 2018.

O protocolo do estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (parecer nº: 2.134.872). O consentimento

informado por escrito, foi previamente obtido junto às Secretarias Municipais de Educação, de cada um dos municípios do estudo e, posteriormente, todos os responsáveis pelo preenchimento do questionário assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Inicialmente, foram realizadas buscas nos *sites* das prefeituras participantes, para coletar informações referentes às compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. A partir de abril de 2017 foram identificados os documentos referentes às chamadas públicas para a compra da alimentação escolar durante o ano de 2016. Devido à falta de padronização dos documentos (muitas informações não foram encontradas ou estavam incompletas), foi necessário elaborar um questionário padronizado e autoaplicado, nas plataformas *Google Formulários e Google Docs*, dividido em três partes, para utilização em campo, com o objetivo de coletar dados primários nos municípios participantes. O primeiro questionário, elaborado no *Google Formulários*, continha as seguintes variáveis: data da entrevista, profissional responsável pela alimentação escolar, nutricionista responsável técnica pelo PNAE, sexo e idade do nutricionista, ano da graduação, tempo de atuação na profissão, tempo de atuação no PNAE e qualificação do nutricionista.

A participação de outros profissionais e nutricionistas do quadro técnico e responsáveis pela execução do PNAE também foi investigada. Assim, foram incluídas questões para identificação dos profissionais envolvidos na elaboração dos editais de compra, além do valor total do repasse financeiro no ano de 2016, o número de escolas e de alunos atendidos pelo município através do PNAE.

A presença e o número de estudantes indígenas e quilombolas, a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) na compra da agricultura familiar, a participação de outros setores do município no processo de compra do PNAE, a existência de parcerias no processo de compra da agricultura familiar, o valor total do repasse financeiro utilizado para aquisição de alimentos na agricultura familiar, as dificuldades identificadas nos municípios no processo de aquisição de alimentos e seus eventuais motivos e os critérios utilizados em cada município para a compra da agricultura familiar foram investigados.

A identificação de cada uma das etapas de compra do processo de venda foi realizada através do passo a passo sugerido pela cartilha “Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar”, elaborada pelo FNDE¹⁹. Assim, as diferentes etapas do processo de aquisição de alimentos incluem: previsão de orçamento; articulação entre atores sociais

envolvidos, ou seja, o mapeamento da produção, planejamento e perspectiva da compra entre a entidade executora (EE) do programa e fornecedores locais; elaboração de cardápio; realização de pesquisa de preço; elaboração da chamada pública para aquisição de produtos da agricultura familiar; elaboração do projeto de venda pelos agricultores, com a proposta dos produtos para venda e documentação solicitada em edital; análise e recebimento do projeto de venda; recebimento de amostra para controle de qualidade dos produtos; elaboração de contrato de compra para formalizar legalmente o compromisso de compra e venda e apresentação do termo de recebimento e pagamento (documento que atesta a entrega dos produtos em conformidade com o exigido em edital). Questões sobre as experiências exitosas em agricultura familiar e os percentuais de compra da agricultura familiar também foram incluídos neste instrumento.

A segunda parte do instrumento, foi denominada *Editais* e continha questões sobre a aquisição de todos os produtos pela agricultura familiar, a utilização do modelo de edital proposto pelo FNDE, a informação sobre os meios de comunicação utilizados na sua divulgação e a indicação de preferência explícita por produtos orgânicos e respectiva cotação.

A parte final do questionário, construído no *Google Docs*, foi denominada *Alimentos* e continha uma lista de alimentos para preenchimento de informações referentes a todos aqueles adquiridos em 2016, especificando quantidade, local de entrega, identificação do fornecedor e modalidade de compra. Também foi realizada uma classificação dos alimentos adquiridos, de acordo com o grau de processamento desses, determinado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira²⁰, divididos em quatro categorias: *in natura* ou minimamente processados, processados, ultraprocessados (UP) e óleos, açúcares, sal e gorduras.

Alimentos *in natura* ou minimamente processados são alimentos obtidos de plantas ou animais e não sofrem alteração ao sair da natureza, minimamente processados sofrem alterações mínimas, sem acréscimo de outras substâncias ao alimento original. Esses devem ser considerados a base da alimentação. Alimentos processados são as preparações acrescidas de sal e/ou açúcar nos alimentos *in natura* para aumentar sua duração e torná-los mais agradáveis ao paladar, seu consumo deve ser limitado pois sofrem alterações desfavoráveis à composição nutricional. Alimentos ultraprocessados recebem técnicas de processamento e utilização excessiva de substâncias exclusivamente industriais, devem ter seu consumo evitado, pois são nutricionalmente desbalanceados e afetam negativamente a cultura, meio ambiente e vida

social. Óleos, gorduras, sal e açúcares são os alimentos utilizados para temperar e cozinhar alimentos, devem ser utilizados com moderação.

Para identificação do fornecedor do alimento, foram considerados como produtor individual/grupos informais, os detentores do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) física e grupo informal como agricultores organizados em grupos, também detentores de DAP física. Entre cooperativas e associações foram consideradas as organizações produtivas da agricultura familiar em grupos formais, detentores de DAP jurídica. Essas são as documentações obrigatórias para a venda de produtos da agricultura familiar. Na denominação “outros fornecedores”, foram considerados aqueles que utilizaram processo licitatório por meio de outra modalidade que não seja através da agricultura familiar. Nos casos em que o produto foi adquirido tanto pela agricultura familiar, quanto por outros fornecedores, o mesmo foi contabilizado nas duas compras.

A segunda etapa do trabalho de campo foi realizada entre outubro de 2017 a maio de 2018 e foi denominada coleta de dados primários. Os dados secundários são oriundos dos editais publicados nos *sites* das prefeituras e também na base de dados da agricultura familiar no *site* do FNDE. Ainda para a coleta de dados primários foram realizadas visitas aos municípios selecionados, realizadas pela coordenadora deste estudo, em dias alternados, no período de dezembro de 2017 a maio de 2018.

Antes do início da coleta de dados primários, em junho de 2017, foi realizado um estudo piloto em um município próximo a Pelotas, não integrante da microrregião I. Os instrumentos elaborados no *Google Formulários* e *Google Docs* foram encaminhados à nutricionista responsável técnica pelo PNAE, com o objetivo de verificar a disponibilidade da documentação necessária para a coleta dos dados, bem como, avaliar a logística da aplicação dos questionários e realizar as correções necessárias no instrumento.

Para a coleta de dados primários, foi feito contato telefônico com intuito de esclarecer sobre a pesquisa e realizar o convite para a participação, identificando o responsável pela unidade de alimentação escolar em cada um dos municípios participantes. Posteriormente, os questionários foram encaminhados via *e-mail*, aos nutricionistas ou responsáveis pela compra da alimentação escolar e o prazo de 15 dias foi estabelecido para o preenchimento e devolução do instrumento.

Os dados foram digitados em dois arquivos do programa *EpiData* 3.1 por diferentes digitadores, com o objetivo de verificar possíveis erros. Após verificação de inconsistências, os dados foram exportados para o pacote estatístico *Stata* 12.0 para as análises descritivas que incluíram as distribuições de frequências, proporções e médias, de acordo com o tipo de variável.

RESULTADOS

Em todos os municípios participantes do estudo havia nutricionista responsável técnica atuando na alimentação escolar e as duas cidades com maior número de alunos contavam com quatro e seis nutricionistas, respectivamente, compondo o quadro técnico. A idade desses profissionais variou de 24 a 67 anos, o tempo de formação foi de 2 a 36 anos e o de atuação na profissão variou de 2 a 32 anos, com máxima atuação no PNAE de 17 anos e mínima de três meses, de acordo com a data da entrevista. Das nutricionistas participantes, três realizaram especialização e duas tinham formação de mestrado. Entre os coordenadores de serviço de alimentação escolar das 11 cidades, apenas dois não eram nutricionistas, mas professores.

Dos 11 municípios estudados foi necessário realizar a visita em dez deles, pois um município preencheu de forma integral os três instrumentos, após contato via *e-mail*. Em um dos municípios visitados, a responsável pelo preenchimento do questionário estava ausente, mas encaminhou as informações necessárias via *e-mail*. Durante a realização das visitas, além de adquirir maiores informações, foi possível conhecer cada município e suas especificidades, possibilitando troca de experiências e aproximação com os responsáveis pelos locais. Em um município foi necessária uma visita também ao Setor de Administração e Finanças. Em outras duas cidades, a pessoa responsável por responder ao questionário buscou algumas informações nos setores encarregados da prestação de contas relativa à aquisição de produtos para a alimentação escolar. Um dos municípios participantes recebeu duas visitas, por ser de maior porte, necessitou de mais tempo para o preenchimento dos questionários.

No processo de compra da agricultura familiar, houve participação da Secretaria de Compras em sete cidades. A Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Administração participaram do processo em quatro cidades, estando o Gabinete do Prefeito envolvido em duas das 11 cidades analisadas. Parcerias com a EMATER/RS foram citadas em nove cidades e universidades colaboraram no processo em duas. A participação do CAE esteve presente em duas cidades, entretanto, alguns locais relataram a atuação do conselho em outros aspectos da alimentação escolar e não relacionada à agricultura familiar.

Em relação às diferentes etapas do passo a passo da aquisição de alimentos, todos os municípios realizavam o orçamento, a pesquisa de preço e a compra da agricultura familiar através de chamada pública, além da elaboração de contrato. Dez municípios faziam articulação entre os atores sociais envolvidos, nove elaboravam o cardápio previamente a compra, recebiam o projeto de venda e elaboravam o termo de recebimento e pagamento e seis recebiam amostra para controle de qualidade.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos municípios participantes do estudo, com dados referentes ao ano de 2016, de acordo com as informações coletadas no questionário. São descritos os valores recebidos do governo federal para execução da alimentação escolar, bem como o valor utilizado em agricultura familiar e seus percentuais. Percebe-se que duas cidades não atingiram o percentual mínimo determinado na lei 11.947/2009. Entre um e três foram os números de editais de compra para a agricultura familiar realizados em 2016, em cada um dos municípios que, em maioria, adquiriram todos os produtos publicados. Para os editais, os canais de divulgação mais utilizados foram os *sites* das prefeituras, jornal local impresso e murais em local público. A veiculação através da rádio local foi utilizada em duas cidades de menor porte.

Todas as cidades declararam dificuldades com a aquisição de produtos orgânicos, sendo a falta de fornecedor o principal motivo. A falta de quantidade para atender as necessidades dos alunos, a não disponibilidade de produtos desejados, bem como o custo elevado, também foram citadas. A preferência explícita por alimentos orgânicos esteve presente nos editais de chamada pública em apenas quatro cidades. Sobre as dificuldades na compra de produtos convencionais, seis cidades fizeram esse relato. Entre essas, todas citaram a falta de fornecedor e de quantidades adequadas para o atendimento da alimentação escolar. O alto custo dos alimentos foi citado como dificuldade por apenas um dos municípios. O número de escolas dos municípios variou de duas a 108, sendo que a variação no número de estudantes foi de 527 a 28 mil. Entre os 11 municípios, quatro citaram o atendimento especial para indígenas e quilombolas.

Na Figura 1 são apresentadas as médias dos percentuais de compra da agricultura familiar dos anos de 2011 a 2016 com informações obtidas dos questionários (dados primários) ou do FNDE (dados secundários). São apresentados os percentuais médios para os 11 municípios agrupados e, posteriormente, para os municípios com até 1000 (n=5) ou mais de 1000 estudantes (n=6). Observa-se que as informações obtidas pelo questionário ou pelo FNDE não se igualam na maioria das situações, exceto em 2013, quando são comparados os percentuais médios dos municípios com mais de 1000 estudantes. Maiores percentuais para a informação

obtida diretamente com os responsáveis técnicos do que pelos dados do FNDE foram observadas para quase todo o período avaliado, exceto em 2015, que o percentual médio foi maior pelas informações obtidas pelo FNDE. Ainda na Figura 1 pode ser visto que, no primeiro ano avaliado, os dados do FNDE indicam que não foi atingido o percentual de 30% exigido para agricultura familiar.

Na Tabela 2 estão descritos todos os alimentos adquiridos pelos 11 municípios, no ano de 2016, em todas as modalidades de compra, tanto para produtos da agricultura familiar como para outras modalidades. Os alimentos adquiridos de forma concomitante pela agricultura familiar e por outros fornecedores também são apresentados. Enquanto alguns alimentos (n=21) foram ofertados por quaisquer uma das modalidades, há um maior número de alimentos (n=110) adquiridos de outros fornecedores.

A Figura 2 mostra a distribuição dos alimentos adquiridos pelos 11 municípios, classificados de acordo com o grau de processamento. Essa distribuição é apresentada para todos os alimentos, provenientes da agricultura familiar ou adquiridos por outros fornecedores. A contribuição dos produtos *in natura* ou minimamente processados para o total de alimentos adquiridos em 2016 foi sempre maior, independente da modalidade de compra. No entanto, quando considerados aqueles produtos oriundos somente da agricultura familiar, os alimentos *in natura* ou minimamente processados representavam quase 90% do total da compra dessa modalidade. Ao mesmo tempo, a aquisição de alimentos ultraprocessados correspondeu a mais de um quarto de todos os produtos adquiridos de outros fornecedores (26,9%), sendo que a contribuição de ultraprocessados adquiridos por essa modalidade chegou a ser dez vezes maior que a contribuição desses mesmos alimentos, quando adquiridos da agricultura familiar (2,5%).

DISCUSSÃO

Os municípios incluídos no estudo atingiram, em média, o mínimo determinado pela legislação referente à compra da agricultura familiar. Na aquisição de produtos provenientes dessa modalidade de compra houve maior participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, enquanto outras colaboraram para o aumento de consumo de ultraprocessados. Ainda nos resultados, chama atenção que o número de nutricionistas está aquém do necessário em todos os municípios, interferindo diretamente no processo de compra da alimentação escolar.

A participação do nutricionista no processo de compra da agricultura familiar é imprescindível uma vez que esse profissional tem como atribuições a elaboração de cardápios e o planejamento de compras dos produtos que os compõem. Como estabelecido pelo FNDE no art.12 da Resolução 26/2013²⁰ e de acordo com o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) na Resolução 465/2010²¹ é necessário um profissional para o atendimento da alimentação de 500 escolares, chegando a quatro para um conjunto de 2500 a 5000. A partir de 5000 alunos, deveria ser acrescentado um nutricionista no setor de alimentação escolar a cada fração de 2500 estudantes, além de um nutricionista para cada 500 escolares da educação infantil. De acordo com os resultados do presente estudo nenhum município da microrregião de Pelotas apresentou o quadro de profissionais adequado para a plena execução de suas atribuições, na medida em que a cidade com menor número, atendia 527 estudantes, como já observado em outro estudo na mesma região, no qual foi constatada a carência de nutricionistas para a alimentação escolar²².

Estudo²³ realizado em oito municípios de Santa Catarina, relatou que a iniciativa do processo de compra da agricultura familiar foi praticamente realizada pelos nutricionistas do PNAE nas cidades estudadas. Com atribuição prevista em lei²⁰ na responsabilidade técnica da gestão de alimentação escolar, muitas vezes o nutricionista não executa suas atribuições de modo satisfatório pelo reduzido número de profissionais. Estudo realizado na Região Sul do Brasil²⁴ verificou que 72% dos municípios não estavam em conformidade com o número de nutricionistas determinados pela legislação. Assim, em maio de 2018, na Conferência Nacional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar-CONSEA²⁵, esse tema foi discutido junto com o Plano Nacional de Segurança Alimentar-PLANSAN, que estabelece, como uma das ações relacionadas às metas na promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, o cumprimento da resolução vigente em relação ao número de nutricionistas por aluno²⁶. Apenas quatro cidades citaram o atendimento à população de indígenas e quilombolas. É reconhecido que essa população é mais vulnerável à insegurança alimentar pela ameaça aos seus territórios, sendo prevista a atenção diferenciada tanto no repasse do recurso financeiro quanto na preferência por produtos produzidos nessas comunidades no processo de compra da alimentação escolar^{12,27}.

A participação de outros órgãos municipais no processo de compra foi considerada positiva já que podem contribuir com a articulação entre a EE e os produtores rurais, com o

apoio das Secretarias de Agricultura. A parceria com a universidade que auxiliou na organização da compra de filé de pescado, através de uma cooperativa local, produto em abundância em um dos municípios, também pode ser considerada positiva. Essa parceria, além da valorização da cultura local, contribuiu com a qualidade nutricional da dieta dos escolares.

A participação da EMATER, órgão que tem como principal objetivo prestar assessoria rural, foi citado por alguns municípios onde a aproximação do agricultor com a EE esteve presente. Um estudo que investigou a organização de agricultores na venda para alimentação escolar em dois municípios de diferentes portes²⁸, cita a EMATER e as Secretarias de Agricultura, como responsáveis pela organização dos agricultores em um dos municípios observados, desenvolvendo ações de promoção, orientação e divulgação da produção agrícola.

A participação do CAE no processo de compra da agricultura familiar para alimentação escolar foi citada em apenas duas cidades incluídas no presente estudo. Sendo responsável pelo controle social do PNAE, o CAE é o órgão que aproxima a sociedade da execução do programa e tem importante participação na fiscalização dos recursos da alimentação escolar, além de realizar o controle de qualidade dos produtos. Apesar disso, estudo²⁹ realizado nas escolas da cidade de Viçosa, encontrou que 90% dos pais de alunos não conheciam o conselho, enquanto a importância da atuação dos membros do conselho na execução do PNAE foi evidenciada em municípios paranaenses³⁰.

Em relação ao processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar, foi possível perceber que alguns municípios não cumpriam todas as etapas propostas pela cartilha do FNDE. Elaborado com base na Resolução 04/2015²⁷, este documento descreve o modo de funcionamento da compra da agricultura familiar para a alimentação escolar, sendo uma importante ferramenta de auxílio para organização dos agricultores e EE realizarem o processo de compra.

Alguns municípios da microrregião de Pelotas ainda não conseguiram atingir o percentual de compra mínimo, mesmo que, em média, o conjunto desses municípios tenha atingido pelo menos 30% de compras da agricultura familiar. Porém, quando se considera a média dos percentuais de acordo com as informações do FNDE, somente a partir de 2012 esses municípios atingiram o mínimo recomendado. Estudo prévio, com informações do FNDE, encontrou que 70% dos municípios adquiriram algum produto da agricultura familiar, referentes às compras no ano de 2010 para a região Sul do Brasil³¹. No Rio Grande do Sul, estudo³²

analisando uma amostra de municípios identificou que 71% deles atingiram o percentual mínimo de compra.

Embora os municípios consigam atingir os percentuais mínimos, é imprescindível que se continue incentivando a aquisição de produtos da agricultura familiar através de compras públicas, seja pelo PAA ou pelo PNAE, uma vez que podem ser considerados como estímulo para a organização dos agricultores, mesmo que dificuldades ainda sejam relatadas²⁸. A compra institucional tem sido considerada como incentivadora de uma produção diferenciada em relação à tradicional, oportunizando a formalização e organização dos agricultores³³. As políticas, além de contribuírem com alimentos de melhor qualidade, proporcionam segurança ao agricultor, com melhoria de renda e diminuição do êxodo rural³⁴.

As compras do PAA e do PNAE são reconhecidas mundialmente e consideradas pelo CONSEA como instrumentos de inclusão produtiva rural vinculados à SAN, contribuindo para o marco histórico da saída do Brasil do mapa mundial da fome, em 2014²⁵. Entretanto, considerando a evolução do PNAE e a sua contribuição em diferentes aspectos da SAN, surge a preocupação de possíveis riscos ao programa, visto a situação em que se encontra o país, depois das mudanças e cortes orçamentários ocorridos recentemente⁵.

Quanto aos alimentos adquiridos pelos municípios da microrregião de Pelotas, em 2016, predominou a aquisição de produtos *in natura* ou minimamente processados, mesmo que mais de 15% dos produtos adquiridos para a alimentação escolar fossem ultraprocessados. Estudo recente³⁵ realizado em três municípios de Santa Catarina mostrou que a contribuição percentual de alimentos *in natura* ou minimamente processados (em relação ao total de energia de todos os produtos adquiridos) provenientes da agricultura familiar aumentou de 43% para 57% entre 2008 e 2010, às custas de uma diminuição na contribuição dos processados e, em menor proporção, dos ultraprocessados que, em 2010, contribuíram com cerca de 17% do total de energia. Estudos realizados em outras regiões do país também indicam a participação da agricultura familiar no aumento do consumo de alimentos *in natura*^{14,36}.

Cabe destacar que no presente estudo está sendo considerado o percentual de participação dos alimentos (grau de processamento) em relação ao total de produtos adquiridos e que, embora tenha havido considerável participação de produtos *in natura* ou minimamente processados nos alimentos adquiridos por outros fornecedores, também foi possível perceber

uma maior contribuição dos alimentos ultraprocessados pelos fornecedores não pertencentes à agricultura familiar. Uma análise das chamadas públicas de municípios dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná mostrou que, antes das compras da agricultura familiar por chamada pública, grande parte das cidades adquiriam alimentos através de empresas com experiência em licitações, muitas vezes distantes dos municípios e com maior oferta de produtos com pouca necessidade de manipulação³³.

Portanto, é esperado que a maior contribuição na aquisição de alimentos ultraprocessados seja oriunda de fornecedores externos à agricultura familiar, pois são produtos que passam por processos comuns às grandes indústrias. O incentivo do consumo desses produtos não deve existir, mesmo que o presente estudo não tenha detectado ser esse o grupo com maior participação no total da aquisição de alimentos. Ressalta-se que a primeira diretriz da legislação⁶ que dispõe sobre alimentação escolar refere o emprego da alimentação saudável, do respeito às tradições, cultura e hábitos alimentares. Dessa forma, o consumo de ultraprocessados segue no sentido contrário ao que determina a legislação²⁰.

A falta de fornecedor e produtos desejados para a compra, bem como quantidades adequadas para atender a demanda foram os motivos mais relatados pelos nutricionistas dos 11 municípios, como dificuldade para adquirir alimento orgânico. Embora, não tenha sido possível identificar quais foram as cidades que adquiriram alimentos orgânicos, nem quais foram os produtos adquiridos, quatro delas indicaram no edital existir a preferência explícita por orgânicos. Algumas dificuldades relacionadas ao fornecimento de produtos orgânicos também foram encontradas em estudo realizado em Santa Catarina³⁷. Mesmo havendo dificuldades na comercialização desses produtos, é importante fortalecer a prática de sua aquisição para a alimentação escolar, utilizando-se das prioridades previstas na legislação²⁷.

Grupos dos produtores de alimentos orgânicos têm preferência na seleção da compra¹⁹ e seus produtos podem ser adquiridos com o acréscimo de 30% no custo do alimento convencional quando não for possível realizar a pesquisa de preço com produtos orgânicos, em apoio à SAN de forma sustentável. A impossibilidade de detalhar o processo de aquisição de alimentos orgânicos na alimentação escolar nos municípios participantes foi considerada como uma limitação do presente estudo.

Outra limitação a ser considerada refere-se à falta de profissionais em número adequado. Nenhum dos 11 municípios contava com o número de nutricionistas suficiente, o que pode ter contribuído para dificuldades na perfeita execução do PNAE. Em alguns municípios foi possível perceber que o nutricionista estava cumprindo atribuições não competentes ao seu cargo, deixando de executar atividades inerentes à sua função na alimentação escolar.

É importante ressaltar que este estudo observou a aquisição dos produtos para alimentação escolar na agricultura familiar e em todas as modalidades de compra, com dados coletados diretamente com os responsáveis pela gestão da alimentação escolar, possibilitando um diagnóstico da aquisição total de alimentos desses municípios, bem como, a avaliação da participação de alimentos ultraprocessados na alimentação escolar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que os municípios participantes conseguiram atingir o percentual mínimo determinado por lei referente à aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar e houve maior participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados e essa participação foi ainda maior quando considerados os alimentos provenientes da agricultura familiar. Nesse sentido, a maior articulação entre os atores sociais, como recomendada pela legislação, deverá contribuir não somente com a qualidade da alimentação escolar, como também com o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

1. Peixinho, AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013,18(4):909-916.
2. Turpin, ME. A Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos Agricultores Familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2009,16(2): 20-42.
3. Santos, F; Fernandes, PF; Rockett, FC; Oliveira, ABA Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014; 19(5):1429-1436.
4. Brasil. Histórico PNAE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em 16/05/2018.
5. Recine, E. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? *Cadernos de Saúde Pública*, 2017; 33(12) .
6. Brasil. Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2009; 17 jun.
7. Centro Internacional de Políticas Para o Desenvolvimento Inclusivo (IPC- IG). *Demanda estruturada e a agricultura familiar no Brasil: o caso do PAA e do PNAE*. Brasília/DF, 2013.

8. Brasil. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil 2003; 3 jul.
9. Teo, CRPA; Mossmann, MP; Taglietti, RL. Desafios e mecanismos de enfrentamento na relação entre agricultura familiar e alimentação escolar. *Revista Grifos*, 2017; 43.
10. Grisa, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate* 2010; 1(2): 83-109.
11. Schwartzman, F; Mora, CAR; Bogus, CM; Villar, BS. É preciso seguir com as compras diretas da agricultura familiar local pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, 2017; 33(12).
12. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil*. Brasília: 2010.
13. Amorim, ALB; Rosso, VV; Bandoni, DH. Aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: análise das chamadas públicas de municípios do estado de São Paulo. *Revista de Nutrição*, 2016, 29(2):297-306.
14. Gonçalves, HVB; Cunha, DT; Stedefeldt, E; Rosso, VV. Family farming products on menus in school feeding: a partnership for promoting healthy eating. *Ciência Rural*, 2015, 45(12): 2267-73.
15. Neto, E; Holz, EQ. Evolução da aquisição dos alimentos da agricultura familiar fornecidos aos escolares da rede pública municipal de medianeira – PR no período de 2012 a 2015. *Revista Orbislatina*, 2016, 6(1).

16. Führ, AL; Triches, RM. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2017, 24(2): 113-124.
17. Rosseti, FX; Winnie, LWY; Silva, MV. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2016, 23(2): 912-923
18. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de alimentação básica. Guia Alimentar para a População Brasileira – 2ª Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
19. Brasil. Ministério da Educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015.
20. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução FNDE no 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013. Diário Oficial da União 2013; 18 jun.
21. Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Resolução CFN no 465/2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 25 ago.
22. Raphaelli, CO; Piva, TP; Lindemann, IL, Granada, GG. Adequação numérica de nutricionista, perfil de cardápios, número de alunos nos serviços de alimentação escolar do sul do Rio Grande do Sul. *Semina: Ciências Biológicas e da Saúde*, 2018, 39(1):9-18.

23. Mosmann, MP; Teo, CRPA. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. *Interações*, 2017, 18(2): 31-43.
24. Corrêa, RS; Rockett, FC; Rocha, PB; Silva, VL; Oliveira, VR. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2017, 22(2): 563-574.
25. Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA+2 – Relatório final. Junho/2018.
26. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2016-2019. 2016
27. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução FNDE no 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União* 2015. 08 abr.
28. Bevilaqua, K; Triches, RM. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 2014, 21(2): 448-460.
29. Rocha, NP; Filgueiras, MS; Albuquerque, FM; Milagres, LC; Castro, APP; Silva, MA; *et.al.* Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 2018; 52:16.
30. Kilian, L; Triches, RM. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios paranaenses. *Revista Redes*, 2016, 21(3):159 – 179.

31. Saraiva, EB; Silva, APF; Souza, AA; Cerqueira, GF; Chagas, CMS; Toral, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013, 18(4): 927-35.
32. Ferigollo, D; Kirsten, VR; Heckler, D; Figueredo, OAT; Cassarino, J P; Triches, RM. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, 2017,51: 6.
33. Baccarin, JG; Triches, RM; Teo, CRPA; Silva, DBP. Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2017, 55(1): 103-122
34. Triches, RM; Schneider, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade São Paulo*, 2010, 19(4): 933-945.
35. Teo, CRPA. The partnership between the Brazilian School Feeding Program and family farming: a way for reducing ultra-processed foods in school meals. *Public Health Nutrition*, 2017, 21(1): 230–237.
36. Oliveira, LG; Batalha, MO; Pettan, KB. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. *Ciência Rural*, 2017, 47(1).
37. Silva, APF; Souza, AA. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. *Revista de Nutrição*,2013, 26(6): 701-714.

Tabela 1: Caracterização dos municípios da microrregião I em relação a aquisição de produtos para alimentação escolar em 2016.

	Município										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Recurso repassado pelo FNDE (R\$)	72.020	52.280	56.556	2.770.285*	179.360	274.399*	1.563.580	65.560	255.180	415.420	68.940
Valor utilizado na agricultura familiar (R\$)	20.000	45.297	27.261	1.052.229*	58.233	18.306*	739.040	65.650	146.360	246.206	38.755
Percentual adquirido na agricultura familiar	27,8%	86,6%	48,2%	38%*	32,5%	6,7%*	47,3%	100%	57,4%	59,3%	56,2%
Número de editais publicados no ano	2	1	1	3	2	3	1	3	2	1	2
Todos alimentos dos editais foram adquiridos	sim	não	não	sim	sim	sim	sim	não	sim	não	não
Dificuldade na aquisição de produtos convencionais	sim	sim	não	não	não	não	sim	não	sim	sim	sim
Dificuldade na aquisição de produtos orgânicos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Número de escolas	5	2	5	108	9	16	83	7	15	45	2
Número de alunos	750	590	527	28000	1523	1585	20241	735	2836	3616	597
Alunos indígenas e/ou quilombolas	não	não	não	704*	não	não	não	23	88	793*	não

*informação proveniente da base de dados da agricultura familiar do FNDE

Tabela 2: Descrição dos fornecedores e produtos adquiridos para alimentação escolar em 2016

Fornecedor	Produto
Produtor individual da agricultura familiar/grupo informal	Abóbora, abobrinha, aipim, alface, alho, almeirão, ameixa, amora, banana, batata inglesa, batata doce, bergamota, berinjela, beterraba, biscoito caseiro, bolo caseiro, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, cuca recheada, ervilha, espinafre, feijão, laranja, maçã, mandioca, mel, melancia, melão, mogango, morango, ovos, pão caseiro, pepino, pêssego, repolho, rúcula, salgadinho de festa (palitinho de queijo), salsinha, tempero verde, tomate e vagem.
Cooperativas ou associações da agricultura familiar	Abacate, abóbora, aipim, alface, alho, arroz branco, arroz parboilizado, banana, batata inglesa, batata doce, bebida láctea, bergamota, beterraba, brócolis, caqui, carne bovina, carne de frango, carne ovina, carne suína, cebola, cebolinha verde, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, doce de frutas, doce de leite, espinafre, extrato de tomate, feijão, filé de peixe, goiaba, laranja, leite em pó, leite UHT, maçã, mamão, melancia, milho verde, morango, mostarda, ovos, pêssego, pipoca, polpa de pêssego, queijo, repolho, requeijão, salsa, salsinha, suco de uva integral, suco integral, suco orgânico, tempero verde, tomate e vagem.
Outros fornecedores	Abacaxi, abóbora, achocolatado em pó, açúcar, adoçante, alface, alho, alimento em pó sabor morango, almôndega, amendoim, amido de milho, apresuntado, arroz branco, atum em lata, aveia, banana, barra de cereais, batata inglesa, bebida de soja, bebida láctea, bergamota, beterraba, biscoito doce, biscoito salgado, brócolis, café, canela em casca, canela em pó, canjica, canjiquinha, carne bovina, carne bovina pré-cozida, carne de frango, carne suína, cebola, cenoura, ervilha seca, cereal matinal, cereal pré-cozido, charque, chocolate ao leite, chocolate branco, chuchu, colorau, couve, cravo da índia, cuca recheada, doce de frutas, ervilha em lata, espinafre, extrato de tomate, farinha de mandioca, farinha de milho, farinha de trigo, farinha láctea, fermento, flocos de milho, fórmulas infantis, gelatina, hambúrguer bovino, hambúrguer de frango, iogurte, laranja, leite de soja, leite em pó, leite UHT, lentilha, limão, linguiça, maçã, macarrão, maionese, mamão, manga, óleo de girassol, margarina, massa de pastel, massa de tomate, melancia, melão, milho em lata, mistura para bolo, mistura para purê de batatas, mistura para torta salgada, mortadela, óleo de soja, orégano, ovos, pão branco, pão de leite, pão de queijo, pão doce, pão integral, pimentão, pipoca, pó para pudim, polenta, presunto, proteína de soja, queijo, repolho, sagu, sal, salgadinhos de festa, salsicha, suco concentrado, tempero completo, tempero verde, tomate e vinagre.
Produtor individual/grupo informal e outros fornecedores	Abóbora, alho, batata inglesa, cebola, chuchu, laranja, pimentão e tomate.
Cooperativas/associações e outros fornecedores	Arroz, carne bovina, carne de frango, doce de frutas, doce de leite, farinha de trigo, feijão, leite em pó, leite UHT, lentilha e óleo de soja .

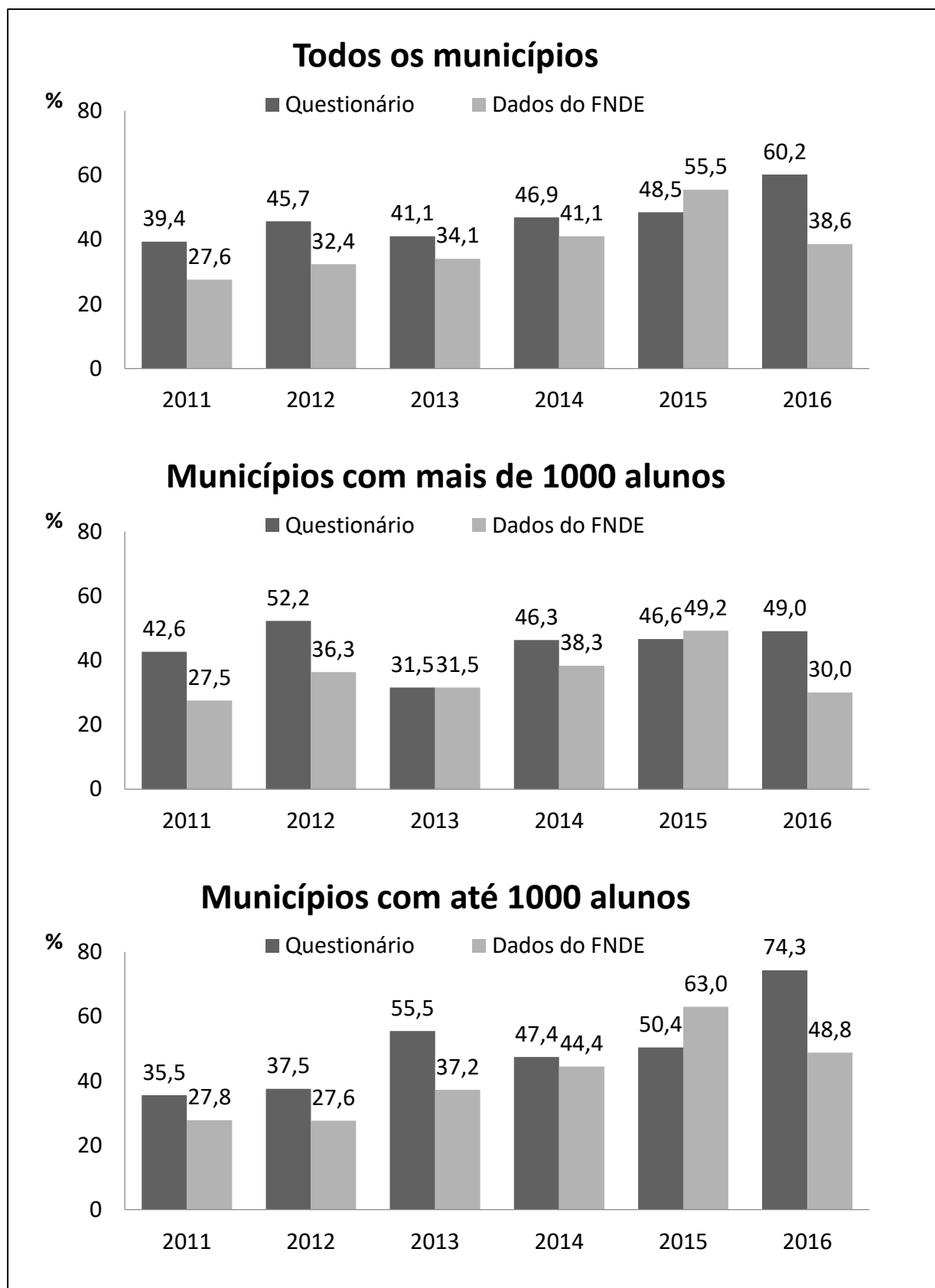


Figura 1. Média de percentuais da compra da agricultura familiar em 2016 em 11 municípios da microrregião de Pelotas.

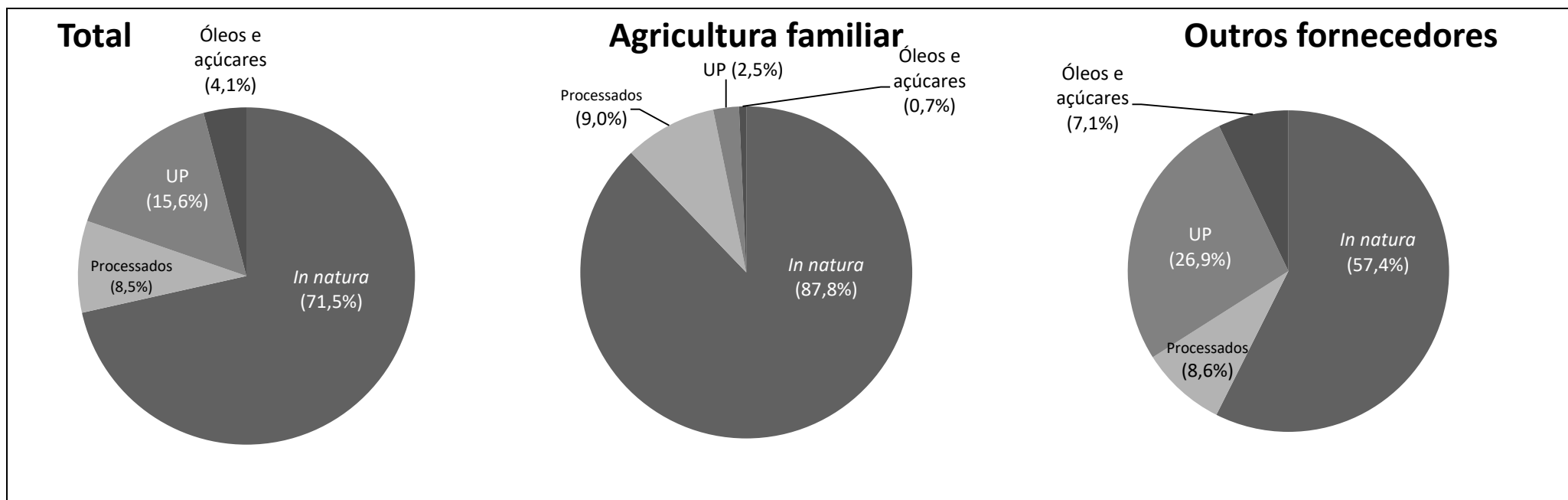


Figura 2. Distribuição percentual de acordo com o grau de processamento dos produtos adquiridos em 2016 pelos 11 municípios da microrregião de Pelotas.

Apêndices

Apêndice A - Instrumento

1. Município:

2. Data da entrevista:

3. Há responsável pelo setor de Alimentação Escolar:

(0) Não

(1) Sim profissão: _____

4. Nutricionista RT: (caso não haja nutricionista, pular para pergunta 12)

(0) Não : _____

(1) Sim

5. Sexo:

(0) Masculino

(1) Feminino

6. Idade: __ __ anos

7. Ano da graduação: _ _ _ _

8. Tempo de atuação na profissão: __ __ anos __ __ meses

9. Tempo de atuação no PNAE: __ __ anos __ __ meses

10. Qualificação do Nutricionista:

(0) Graduação

(1) Especialização

- (2) Mestrado
 (3) Doutorado
 () Outro _____

11. Nutricionistas do quadro técnico:

- (0) Não
 (1) Sim Quantas: _____

12. Quem determina quais alimentos serão adquiridos? (Se não houver nutricionista)

- | | |
|---|-----------------------|
| Coordenador do setor de alimentação escolar | (0) Não (1) Sim |
| Secretário de educação | (0) Não (1) Sim |
| Secretário de agricultura | (0) Não (1) Sim |
| Gabinete de compras | (0) Não (1) Sim |
| Outro | (0) Não (1) Sim _____ |

13. Quem elabora o edital? (Se não houver nutricionista)

- | | |
|---|-----------------------|
| Coordenador do setor de alimentação escolar | (0) Não (1) Sim |
| Secretário de educação | (0) Não (1) Sim |
| Secretário de agricultura | (0) Não (1) Sim |
| Gabinete de compras | (0) Não (1) Sim |
| Outros | (0) Não (1) Sim _____ |

14. Qual foi o valor do repasse de recursos financeiros do governo federal em 2016?

___ __ __. ___ __ __, ___ __

15. Quantas escolas o município atende pelo PNAE? ___ __

16. Quantos alunos foram atendidos pelo PNAE em 2016? ___ __ __ __ __ alunos

17. O município atende comunidades indígenas ou quilombolas? (0) Não (1) Sim

18. Se sim, quantos alunos são de comunidades indígenas ou quilombolas? _ _ _ _ _

19. A responsabilidade pela execução do PNAE é da Secretaria Municipal de Educação?

(0) Não, qual setor é o responsável? _____

(1) Sim

20. O CAE do município é atuante no processo de compra da agricultura familiar para alimentação escolar?

(0) Não

(1) Sim

21. Há algum outro setor da prefeitura que participa do processo de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar?

Secretaria da agricultura (0)Não (1) Sim

Secretaria de compras (0)Não (1) Sim

Secretaria de administração (0)Não (1) Sim

Gabinete do prefeito (0)Não (1) Sim

Outro (0)Não (1) Sim _____

22. Há alguma parceria que auxilie no processo de compra e venda da agricultura familiar para alimentação escolar?

Conselho de Alimentação Escolar (0)Não (1) Sim

EMATER (0)Não (1) Sim

Universidades (0)Não (1) Sim

Outros (0)Não (1) Sim _____

23. Quais destes passos são executados no processo de compra e venda:

Orçamento (0)Não (1) Sim

Articulação entre atores envolvidos (0)Não (1) Sim

Elaboração prévia de cardápio (0)Não (1) Sim

Pesquisa de preço	(0)Não (1) Sim
Chamada Pública	(0)Não (1) Sim
Elaboração do projeto de venda	(0)Não (1) Sim
Recebimento e seleção dos produtos de venda	(0)Não (1) Sim
Amostra para controle de qualidade	(0)Não (1) Sim
Contrato	(0)Não (1) Sim
Termo de recebimento e pagamento	(0)Não (1) Sim

24. Quais são os critérios para seleção dos agricultores, associações/cooperativas familiares?

Agricultores	(0)Não (1) Sim
Agricultores do território rural	(0)Não (1) Sim
Agricultores do estado	(0)Não (1) Sim
Agricultores do país	(0)Não (1) Sim

25. Qual foi o valor do repasse federal utilizado na aquisição de agricultura familiar?

26. Quantos editais foram publicados no ano de 2016? __ EDITAIS

27. Em relação aos editais divulgados em 2016 (TABELA)

	Todos alimentos publicados nos editais de 2016 foram adquiridos?	Há padronização no documento para publicação do edital?	Onde o edital foi divulgado?	Há preferência explícita por alimentos orgânicos no edital?	Há cotação de alimentos orgânicos no edital?
Edital 1	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local (0)Não (1) Sim Site da prefeitura (0)Não (1) Sim Mural em local público (0)Não (1) Sim Rede Brasil Rural (0)Não (1) Sim Portal de Compras da Agricultura Familiar (0)Não (1) Sim Organizações locais da agricultura familiar (0)Não (1) Sim Site da EMATER (0)Não (1) Sim Rádio ou televisão (0)Não (1) Sim () Outros _____	(0)Não (1)Sim (8) NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 2	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local (0)Não (1) Sim Site da prefeitura (0)Não (1) Sim Mural em local público (0)Não (1) Sim Rede Brasil Rural (0)Não (1) Sim Portal de Compras da Agricultura Familiar (0)Não (1) Sim Organizações locais da agricultura familiar (0)Não (1) Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

			Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim		
Edital 3	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 4	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

			() Outros _____			
Edital 5	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 6	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

Edital 7	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 8	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

Edital 9	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 10	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA
Edital 11	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

		(2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim		
Edital 12	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(1) Documento conforme a cartilha do FNDE (2) Documento laborado pela prefeitura () Outro _____	Jornal de circulação local Site da prefeitura Mural em local público Rede Brasil Rural Portal de Compras da Agricultura Familiar Organizações locais da agricultura familiar Site da EMATER Rádio ou televisão () Outros _____	(0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim (0)Não (1)Sim	(0)Não (1)Sim (8)NSA	(0)Não (1)Sim (8)NSA

28. Há dificuldade na aquisição de alimentos convencionais (não orgânicos) da agricultura familiar?

(0) Não (1) Sim

29. Se sim, qual dificuldade na aquisição de alimentos convencionais da agricultura familiar?

Custo elevado

(0) Não (1) Sim

Falta de fornecedor

(0) Não (1) Sim

Falta de recursos financeiros municipais

(0) Não (1) Sim

Falta de quantidades que atendam a necessidade da prefeitura (0) Não (1) Sim

() Outros _____

30. Há dificuldade na aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar?

(0) Não (1) Sim

31. Se sim, qual dificuldade na aquisição de alimentos orgânicos da agricultura familiar?

Custo elevado

(0) Não (1) Sim

Falta de fornecedor

(0) Não (1) Sim

Falta de recursos financeiros municipais

(0) Não (1) Sim

Falta de quantidades que atendam a necessidade da prefeitura (0) Não (1) Sim

() Outros _____

32. Quais são os critérios utilizados na escolha dos alimentos adquiridos pela agricultura familiar?

Disponibilidade da produção local

(0) Não (1) Sim

Relação de alimentos já comprada anteriormente

(0) Não (1) Sim

Elaboração prévia de cardápios

(0) Não (1) Sim

Destino do recurso disponível

(0) Não (1) Sim

Sazonalidade

(0) Não (1) Sim

Outros _____

33. Há disponibilidade de percentuais de compra da AF dos anos anteriores?

(0) Não (1) Sim

34. Quais os percentuais de compra da agricultura familiar dos seguintes anos:

2016 (0) Não (1) Sim _____

2015 (0) Não (1) Sim _____

2014 (0) Não (1) Sim _____

2013 (0) Não (1) Sim _____

2012 (0) Não (1) Sim _____

2011 (0) Não (1) Sim _____

2010 (0) Não (1) Sim _____

35. O município tem alguma experiência exitosa para compartilhar sobre a compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar?

Parceria com universidades (0) Não (1) Sim

Assessoria aos produtores rurais (0) Não (1) Sim

Mapeamento da produção da agricultura familiar local (0) Não (1) Sim

Auxílio na organização de cooperativas na cidade (0) Não (1) Sim

Incentivo à cultura local através da agricultura familiar (0) Não (1) Sim

Incentivo à alimentação saudável/sustentável (0) Não (1) Sim

Outro: _____

36. Quais foram os alimentos adquiridos em 2016 pela alimentação escolar do município (em todas as modalidades de compra):

Alimento	Quantidade adquirida	Valor unitário	Local de entrega:	Modalidade de compra:	Cooperativa/produtor/fornecedor	Local da cooperativa/ produtor/ fornecedor
Abacate			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro_____		
Abacaxi			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro_____		

Abacaxi em calda			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Abóbora			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Abobrinha			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Açaí			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Acelga			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Acerola			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Achocola tado em pó			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Açúcar			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Açúcar mascavo			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Agrião			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Aipim			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Alface			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Alho			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Almôndega bovino			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Almôndega de frango			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Ameixa			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ameixa seca			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Amêndoa			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Amendoim			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Amido de milho			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
apresentado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Arroz branco			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Arroz integral			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Arroz parboilizado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Arroz doce (mistura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Aspargo em conseva			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Atum em lata			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Aveia			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Avelã			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Azeitona			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Banana			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Batata			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Batata- doce			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Bebida láctea (líquida ou em pó)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Bergamota			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Beterraba			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Berinjela			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Biscoito doce			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Biscoito salgado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Bolo (mistura ou pronto)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Café			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Canja ou sopa industrializada			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Canjica de milho			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Canjica de milho (mistura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Caqui			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Carambola			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne bovina in natura			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne bovina pré-cozida			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Carne bovina enlatada			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne de frango (in natura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne de frango (pré-cozida)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Carne de frango (enlatada)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne suína (in natura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne suína (pré-cozida)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Carne suína (enlatada)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne ovina (in natura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Carne ovina (pré-cozida)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Carne ovina (enlatada)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Cebola			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Cenoura			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Cereal matinal			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Cereal pré-cozido			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Barra de cereal			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Chicória			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Chuchu			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Coco			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Coco ralado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Coco ralado industrializado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Couve			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Couve-flor			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Creme de leite			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Cuca			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Doce de frutas (chimia, geléia...)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Doce de leite (com ou sem chocolate)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ervilha			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Ervilha congelada			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ervilha em lata			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Espinafre			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Extrato de tomate			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farelo de trigo			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farinha de trigo			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Farinha de arroz			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farinha de milho			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farinha de mandioca			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Farinha de rosca			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farinha láctea			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Farofa pronta			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Feijão (todos tipos)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Feijão em lata			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Formulas infantis (partida, seguimento, especiais)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Fubá			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Gelatina			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Goiaba			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Goiabada			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Grão-de-bico			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Inhame			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Iogurte			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Jabuticab a			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ketchup			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Laranja			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Leite em pó			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Leite uht			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Leite tipo c (saquinho)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Leite condensado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Limão			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Lingüiça			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Maçã			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Macarrão fresco			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Macarrão			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Maionese			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Mamão			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Manga			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Manteiga			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Maracujá			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Margarina			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Marmelada			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Mel			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Melancia			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Melão			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Milho-verde			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Mingau (preparo pronto)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Miúdos bovinos			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Miúdos de frango			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Molho pronto			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Molho branco pronto			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Morango			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Mortadela			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Mostarda			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Mostarda (condimento)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Nabo			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ovos			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Ovo de codorna			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Palmito em conserva			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pão (branco – francês, caseiro...)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pão de mel			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Pão integral			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pão de queijo (mistura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pão doce			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Peixe in natura			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Peixe entalado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pepino			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Pêra			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pêssego			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Pimentão			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Pipoca			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Presunto			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Purê de batatas (mistura)			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Queijo			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Queijo ralado			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		
Rabanete			(1) escola (2) setor de alimentação	(1) Agricultura Familiar (2) Registro de preços (3) Pregão presencial () Compra direta () Outro _____		

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E ALIMENTOS

O(A) Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa: **“Perfil de aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios da região sul do Rio Grande do Sul”**.

- **Objetivo Principal:** Estudar o perfil de aquisição dos alimentos provenientes da agricultura familiar, facilitadores e dificuldades desta prática, em municípios da região sul no Rio Grande do Sul, bem como a qualidade da alimentação escolar adquirida através destes produtos.

- **Justificativa:** Conhecer melhor o processo de execução da compra de produtos oriundos da agricultura familiar, como exigência da legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, considerando a regulamentação recente e os poucos os estudos sobre o assunto, mais especificamente, no Rio Grande do Sul.

- **Benefícios:** Conhecer o perfil de alimentos adquiridos através da agricultura familiar e quais são processos facilitadores desta prática, bem como analisar a contribuição dos alimentos da agricultura familiar na promoção de uma alimentação adequada e saudável entre os alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. A compra de alimentos da agricultura familiar, além de fomentar o desenvolvimento local, também colabora para manutenção dos hábitos alimentares culturais da região. Conhecendo o funcionamento da agricultura familiar na alimentação escolar, é possível propor estratégias que possam ser implementadas para incentivar esta prática.

- **Confidencialidade:** Todas as informações são sigilosas, ou seja, o(a) Senhor(a) ou o seu município não serão identificados em momento algum, sendo assegurada sua privacidade. Os resultados serão publicados em meio científico e enviados às Secretarias de Educação dos municípios participantes do estudo.

- **Liberdade:** é garantida a liberdade de não responder qualquer pergunta que lhe cause constrangimento, além da retirada do consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

- **Riscos:** para fins desta pesquisa, não há nenhum risco para os participantes.

- **Contatos:** Em qualquer momento o (a) Senhor(a) poderá entrar em contato com os profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de qualquer dúvida que poderão ser encontrados na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Pelotas no Campus Porto (Endereço: Rua Gomes Carneiro, 01; Bairro: Centro Cidade: Pelotas; UF: RS; CEP: 96010-610. Telefone do Colegiado da Faculdade de Nutrição: 53 – 32843838) e pelos seguintes contatos pessoais: Bruna Mendonça Limons (e-mail: brunamendoncalimons@gmail.com, telefone: 53-984085880); Denise P. Gigante (e-mail: denisepgigante@gmail.com) e Gicele C. Mintem (e-mail: giceleminten.epi@gmail.com).

Abaixo assinie se o (a) Sr.(a) aceita participar de livre e espontânea vontade, no que diz respeito ao fornecimento de informações para o preenchimento do questionário da pesquisa.

Pelotas, _____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): **Endereço:** Rua Prof. Araújo, 465 sala 301; **Bairro:** Centro; **UF:** RS; **Município:** PELOTAS; **CEP:** 96.020-360; **Telefone:** (53)3284-4960; **E-mail:** cep.famed@gmail.com

Apêndice C – Autorização das Secretarias Municipais de Educação**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO PILOTO E PESQUISA**

Pelotas, de _____ de 2017.

Secretaria Municipal de Educação, cidade de _____

Eu, Bruna Mendonça Limons, aluna do Programa de Pós-graduação em Nutrição e Alimentos da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Denise Petrucci Gigante venho, pelo presente solicitar autorização, para realizar uma pesquisa com os dados referentes à compra de produtos para a alimentação escolar, com o objetivo de estudar o perfil de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, a coleta de dados deste projeto será iniciada, atendendo todas as solicitações desta coordenação.

Contando com a autorização desta comissão, coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento Bruna Mendonça Limons - Telefone para contato (53) 984085880; e-mail: brunamendoncalimons@gmail.com Denise P. Gigante - e-mail: denisepgigante@gmail.com

Atenciosamente,

Bruna Mendonça Limons

Denise Petrucci Gigante